

-----ATA N.º 264-----

----- Aos vinte e sete dias do mês de novembro de dois mil e vinte, no Centro das Artes e do Espectáculo de Sever do Vouga, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Mário José Costa da Silva, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----Ordem de Trabalhos-----

1 Período da Ordem do Dia-----

1.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara-----

1.2 CPCJ – Designação de Cidadãos Eleitores-----

1.3 Orçamento Municipal 2021-----

1.4 Mapa de Pessoal 2021-----

1.5 Agim – Saída do Município-----

1.6 Regulamento Municipal de Instrução dos Procedimentos Administrativos-----

1.7 Transferência de Competências para o Município 2021 – Saúde-----

1.8 Transferência de Competências para o Município 2021 – Educação-----

1.9 Transferência de Competências para a CIRA – Saúde-----

1.10 RSU – Abertura de Procedimento – Compromissos Plurianuais-----

----- O presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão pelas dezassete horas e dez minutos.-----

----- O presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros:-----

- Alexandre Paulo Tavares Machado-----

- Ana Cristina da Silva Tavares-----

- António Augusto Macedo de Cruz-----

- António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro-----

- António Fernando da Silva Dias-----

- Beatriz Manuel Lourenço Soares-----

- Belmiro Manuel Marques-----

- Carlos Manuel Martins Tavares-----

- Cipriano de Arede Nogueira-----

- Custódio Tavares Pereira de Lima-----

- David da Silva Alves-----

- Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva-----

- Edite Bastos Rodrigues-----

- Elmano Jorge Ribeiro da Silva-----

- Iolanda Maria Ribeiro Silva Matos-----

- José Carlos Ribeiro de Sousa-----

- Júlio Martins Fernandes-----

- Luís Filipe Tavares da Silva Pedro-----

- Mariana Fernanda Martins de Bastos-----

- Mário José Costa da Silva-----

- Patrícia Sofia Martins Santos-----

- Paula Cristina Dias Coutinho-----

- Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço-----

- Pedro Miguel Martins Mendes-----

- Renata Liliana da Costa Marques-----

- Sérgio Soares da Silva-----

- Sónia Marisa Pereira Correia-----

- Tony Pedro Ribeiro Martins-----

--- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de António José Martins Coutinho, Presidente; José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Vice-presidente; Maria Elisabete

Martins Henriques, Raul Alberto da Conceição Duarte, Paulo César de Bastos Martins, Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo e Ricardo Manuel Tavares da Silva, Vereadores.----

--- Foram registadas as seguintes faltas: Ana Maria Tavares Mendes, que foi substituída por Renata Liliana da Costa Marques, Ana Patrícia da Silva Ferreira, que foi substituída por Sónia Marisa Pereira Correia e Jorge Manuel Henriques da Graça que foi substituído por Belmiro Manuel Marques.-----

--- Seguidamente, passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos desta sessão.-----

-----**Ordem de trabalhos**-----

1 Ata – Foi apreciada a ata n.º 262, da sessão ordinária de 25 de setembro de 2020, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, e foi aprovada, por unanimidade, pelos membros Ana Tavares, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Iolanda Matos, José Sousa, Júlio Fernandes, Mário Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Renata Marques, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

Foi, ainda, apreciada a ata n.º 263, da sessão extraordinária de 13 de outubro de 2020, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, e foi aprovada, por unanimidade, pelos membros Ana Tavares, Ana Mendes, Ana Ferreira, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Beatriz Soares, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Iolanda Matos, Júlio Fernandes, Mário Silva, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

2 Correspondência:-----

O presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da seguinte correspondência recebida:-----

– Carta da cidadã Maria Hermínia Bastos, de Dornelas.-----

-----**3 – Período Antes da Ordem do Dia**-----

3.1 – Assuntos de Interesse Local-----

----- O presidente da Assembleia Municipal solicitou aos membros que pretendiam inscrever-se para intervir no período de antes da ordem do dia, que transmitissem essa intenção, com vista a realizar-se o registo e à chamada por ordem de inscrição ou alternada nos termos regimentais.-----

Paula Coutinho – Senhor presidente da mesa da Assembleia Municipal e restantes membros, senhor presidente da Câmara Municipal, senhora e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhores presidentes de junta, comunicação social, entidades e público aqui presente. Já na última Assembleia Municipal, questionamos o executivo, sobre o transporte escolar, uma questão que nos preocupa, sobretudo agora, em tempo de pandemia. Chegaram a nós várias denúncias sobre a sobrelotação dos transportes e falta de cumprimento das normas da DGS, volvidos dois meses, desde a última assembleia, gostaríamos de saber, como se encontram os transportes escolares? Cumpram as regras da DGS? Têm sido alvo de fiscalização? Ainda sobre os transportes, mas desta feita sobre o contrato de transportes de Sever do Vouga que recebeu parecer negativo da Autoridade de Mobilidade e dos Transportes. Gostaríamos de saber qual o teor desse parecer e se a situação já está resolvida? Relativamente ao funcionamento dos dois postos de carregamento no parque de estacionamento público, localizado no cento da vila, gostaríamos de saber quando entram em funcionamento? Na reunião de câmara do dia 12 de agosto do presente ano, foi aprovada a minuta do protocolo a celebrar entre o município e a MOBI.E, e foi dito na mesma reunião e passo a citar: “*que iria entrar em funcionamento após a assinatura do protocolo*”. Já decorreram três meses e os mesmos continuam inativos. O porquê desta demora? Senhor presidente, a poucas horas desta Assembleia Municipal, enviar e-mails para os presidentes de junta a prometer aquilo que não cumpriu, mostra bem a forma como o senhor faz política e só revela o desprezo que tem pelas juntas de freguesia. A chantagem é, sem dúvida, a arma dos fracos. O senhor presidente ficou de pagar até dia 15 de outubro e mais uma vez

falhou. Para finalizar a minha intervenção, em nome da bancada do PSD, queria deixar uma palavra de conforto, solidariedade e coragem a todos os severenses atingidos nos últimos meses pela pandemia da Covid-19 aos que partiram, a todos aqueles que ficaram infetados pelo vírus a todos aqueles que viram familiares e entes queridos partirem, a todos aqueles que diariamente trabalham para proteger a população, nomeadamente funcionários das IPSS, da Saúde, voluntários, bombeiros, GNR, a todos aqueles que veem o seu negócio fragilizado com esta pandemia, a todos aqueles que perderam o seu emprego. Minhas caras e meus caros, ainda há pouco fomos atingidos pelo flagelo dos fogos, e agora, a pandemia que tem atacado o nosso pequeno território em força. Deixar uma palavra de esperança e força para continuarmos nesta batalha. Vamos proteger a nós e aos outros, com todas as medidas de proteção e higienização. Vamos incentivar o consumo no comércio local e indústria do concelho. Vamos ser mais solidários. Este combate à pandemia só é possível com a colaboração coletiva e depende de cada um de nós. Juntos vamos vencer esta luta.-----

António Monteiro – Muito obrigado senhor presidente da mesa. Senhor presidente da Câmara e demais vereação, senhoras e senhores deputados municipais, senhores presidentes de junta. Queria iniciar este período antes da ordem do dia por colocar em cima da mesa uma questão que tem sido, pelo CDS, já várias vezes, levantado e que tem a ver com a resposta atempada àquilo que são os pedidos de informação que são feitos pelo CDS através do senhor presidente da mesa da Assembleia Municipal. Tivemos oportunidade de, na última Assembleia Municipal, questionar o senhor presidente da Câmara sobre a obra do centro escolar. A informação que tivemos, pelo senhor presidente da mesa, é que, imediatamente antes desta assembleia, nos reencaminhou um mail que teria recebido da Câmara. Convenhamos que não é uma informação em tempo útil. Não tivemos, como é óbvio, a oportunidade de a analisar. Agora, a experiência que nós tivemos relativamente à informação que nos foi fornecida pelo centro escolar, e em relação àquilo que foi a experiência anterior do Ecocentro nos obriga, evidentemente, a ser críticos em relação à Câmara e voltamos aqui a insistir, hoje, já não sei por quantas vezes, para que nos seja fornecida informação sobre a responsabilidade quanto ao atraso na obra no Ecocentro. Aquilo que nos foi dito é que essa informação constaria num relatório que nos seria fornecido. Foi-nos fornecido informação, mas esse relatório nunca nos chegou e aquilo que nós perguntámos continua, até hoje, sem ter qualquer resposta. Quem é que foi responsável pelo erro que aconteceu no projeto ou na empreitada que levou a que a obra se tivesse que atrasar? A responsabilidade foi do dono da obra, foi do projetista ou foi do empreiteiro? E, senhor presidente da Câmara, nós não queremos que a culpa morra solteira, neste caso, tal como queremos ser esclarecidos em relação ao centro escolar, às suas prorrogações graciosas, ou seja, prorrogações que foram tomadas por iniciativa da Câmara sem que, até hoje, nos tenha sido explicado porque razão é que aceitaram que uma obra que devia estar pronta há mais de um ano atrás, não esteve pronta no prazo para a qual foi contratada. Por outro lado, há aqui uma questão que eu acho que nos preocupa a todos e que exigia muito mais da Câmara, e do município em geral, de Sever do Vouga e que diz respeito ao surto Covid que aflige todo o país. Não é possível, senhor presidente da Câmara, nós continuarmos a agir como se nada de extraordinário se estivesse a passar e, quando olhamos para os documentos que são apresentados nesta Assembleia Municipal, aquilo que eu lhe posso dizer é que nós sentimos uma profunda desilusão, mas, também, uma enorme preocupação. Covid não passa ao lado de Sever do Vouga, antes pelo contrário. Nós sabemos, aliás, que Sever do Vouga está próximo, para além de já estar nos concelhos de elevado perigo de contágio, está muito próximo daquilo que são os principais centros e focos de difusão desta doença que, como nós sabemos hoje, é a zona norte. Quando se estabeleceu um primeiro parâmetro de avaliação, que era os 240 contágios por 100 000 habitantes, o Centro Europeu de Doenças veio, a seguir, estabelecer uma outra classificação que foi até aos 240, 240 até aos 580, dos 580 até aos 960 e, acima dos 960. E a norte de Sever do Vouga, já estamos, nomeadamente em toda a zona norte da grande área

metropolitana do Porto, que abrange, inclusivamente, concelhos como seja Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis, estamos acima dos 960 contágios por 100 000 habitantes. Portanto, senhor presidente da Câmara, as perguntas que nós queremos fazer são: que medidas estão a ser tomadas para proteger os Severenses; que medidas é que o município tem desenvolvido, nomeadamente, para olhar para aquilo que são os Severenses mais frágeis, nomeadamente aqueles que estão em lares e como é que se está a ser acompanhada esta questão? Sabemos que, no primeiro surto se montou um hospital de campanha junto ao Centro de Saúde de Sever do Vouga. Esse hospital, graças a Deus, acabou por não ter a necessidade premente como, aliás, vários hospitais de campanha não tiveram, mas, neste momento, em que nós estamos perante uma situação de iminente colapso do Serviço Nacional de Saúde em que os hospitais, nomeadamente na zona norte e na zona de Lisboa, esgotaram a capacidade de internamento em camas de cuidado intensivos. A única medida que nós podemos tomar é prevenir e prevenir significa acautelar e proteger vidas de Severenses e aí não é possível que o município ignore essa sua responsabilidade, a deixe apenas nas mãos daquilo que são as autoridades centrais, é preciso ter uma postura ativa na proteção dos severenses e essa é, no fundo, a pergunta que nós queríamos fazer. Que medidas está a tomar a Câmara para proteger as vidas dos Severenses para acautelar contágios, para proteger aquilo que são eventuais surtos que venham a surgir, especialmente em lares onde estão as pessoas mais vulneráveis e que medidas é que estão, no fundo, a ser equacionadas? Nós olhámos para os documentos e teremos oportunidade de os discutir, a seguir, quer para a informação escrita do senhor presidente da Câmara, quer para o próprio orçamento e, infelizmente, o que vemos lá é zero e esse zero deixa-nos muito preocupados.-----

Tony Martins – senhor presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da mesa, senhoras e senhores deputados municipais, senhor presidente da Câmara e restantes membros do executivo, senhores presidentes das juntas de freguesia, minhas senhoras e meus senhores. Em tempos de pandemia e em plena segunda vaga, em que já é notório e evidente que contrariamente ao que inicialmente diziam, “não vai ficar tudo bem!”, julgamos que é tempo de parar um pouco e repensar a estratégia para o futuro, e o futuro começa hoje! Esta situação de pandemia já dura há cerca de nove meses e não sabemos quanto tempo durará. Veio agravar e destacar os problemas que temos vindo a alertar em sucessivas assembleias municipais, problemas de falta de apoio social aos mais idosos e carenciados, problemas do sistema de saúde, problemas estruturais com o agravamento da desertificação das freguesias e problemas de redução de atividade económica geral e particularmente no nosso concelho. É tempo de humanizar essas carências e dar mais atenção e importância ao que realmente interessa, os cidadãos e a economia local. É tempo de pensar e planear o futuro e não deixar ninguém para trás. Nesse sentido, julgamos ser urgente, a criação de um Fundo de Emergência Municipal com a finalidade de apoiar as pessoas e famílias em situação de carência comprovada e também a economia local, que como todos sabemos, vive, ou melhor, sobrevive com imensas dificuldades. Esta pandemia é um problema geral, afeta-nos a todos sem exceção, mas não da mesma forma ou com o mesmo grau de intensidade, cada um à sua maneira, já sentiu na pele e foi obrigado a readaptar o seu modo de vida e meios de subsistência a esta nova realidade e no meio deste processo, certo é que alguns irão ter mais dificuldades e portanto, devemos estar atentos e pensar em formas de minorar esses mesmos problemas. As limitações impostas à circulação, as medidas de restrição à convivência social e cultural ou eventualmente outras medidas que venham a ser tomadas, indicam que muitos projetos, eventos e ações previamente estabelecidas e cabimentadas, tenham que ser anuladas, adiadas e ou adaptadas no futuro próximo podendo essas verbas reverter numa forma de apoio direto aos mais necessitados sejam eles cidadãos ou a própria economia local. É nos tempos difíceis que se tomam as decisões mais importantes, foi para isso que o povo nos elegera, para que em momentos como este, haja quem tome as iniciativas, prepare e planeie o futuro. Muito obrigado pela vossa atenção.-----

António Dias – Obrigado senhor presidente da mesa, mesa, senhor presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores membros da Assembleia, senhores jornalistas, minhas senhoras e meus senhores. Mais uma vez, eu venho aqui solicitar à Câmara Municipal que a Junta de Freguesia continua sem resposta a alguns e-mails e solicitações que tenho feito nas últimas reuniões. Começo logo pela reparação das estradas e caminhos da freguesia, já solicitei em todas as reuniões que estive presente enquanto presidente da Junta, ainda não tive resposta e vou relembrar algumas: estrada da Silveira a Arcas, Póvoa, Cortez, Seixo, E.N. 333 desde a Roçadas até à Vide, Doninhas à Macida, Vide ao Cortez, Vilarinho à Frágua, entre outras. Mais uma vez questiono quando é que serão reparadas e, já agora, se for possível, que me apresentem aqui uma resposta. Continuo, também, sem resposta sobre a minha solicitação à construção ou ampliação da atual escola para um centro escolar na freguesia de Talhadas, portanto, a possibilidade e disponibilidade da Junta de Freguesia de construir lá um. Numa das últimas reuniões o senhor presidente da Câmara ficou de comunicar a data da próxima reunião do Conselho Municipal de Educação, não sei se já reuniram ou não, perguntei aqui e ninguém me disse. Já agora, lombas de sinalização, o senhor presidente já me disse que eram caras, que custavam à volta de sete mil euros e eu continuo a perguntar para quando poderemos fazer um estudo, na freguesia de Talhadas e, eventualmente, até noutras freguesias. Solicito, também, aqui, o ponto de situação em relação ao alargamento da zona industrial de Talhadas. Já comuniquei à senhora vereadora que há uma sociedade interessada em investir cerca de três milhões de euros e criar por volta de quarenta a cinquenta postos de trabalho. É um setor de atividade sem poluição e, por conseguinte, temos todo o interesse que ela venha para lá. Já agora, sobre isto, gostava de saber do senhor presidente da Câmara se tenciona fazer alguma candidatura no âmbito dos apoios para o alargamento das zonas industriais. Já disse aqui e volto a repetir que Vouzela foi buscar um milhão de euros a fundo perdido e eu pergunto porque é que a Câmara também não faz o mesmo. Depois, como já disse, estamos a tratar da construção de um armazém, de um pavilhão de apoio à Junta de Freguesia, onde vai ter uma escavação com um volume de terras de, sensivelmente, cinquenta e dois mil metros cúbicos. Solicitámos licenciamento à Câmara no início de setembro, já falei com a senhora vereadora e com o senhor chefe daquele departamento, gostava de ter aqui uma resposta, uma vez que ainda não tive nada por escrito. Pergunto – posso ou não posso fazer a escavação? Já agora, na última reunião da proteção civil questionei e volto a questionar, já disse aqui e volto a repetir – não aprovo nenhum orçamento se não houver uma verba para a proteção civil das freguesias. Estou a falar de Talhadas. Andámos a perder noites, andámos com uma viatura enquanto outros, se calhar, estavam a dormir, e por conseguinte, ou há uma verba para quem usar e aplicar estes bens ao serviço da comunidade ou, por conseguinte, chumbarei o orçamento. Termino fazendo uma pergunta ao senhor presidente. Infelizmente, o nosso concelho foi bastante afligido pelo Covid-19, estamos neste momento a passar por várias restrições e pergunto ao senhor presidente se já todos os funcionários, operadores, auxiliares das IPSS do nosso concelho foram testados ao Covid-19 e, se sim, quando é que o foram.-----

Paulo Lourenço – Boa tarde senhor presidente da mesa da Assembleia Municipal e restantes membros, senhor presidente da Câmara Municipal, senhora e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhores presidentes de Junta, comunicação social, entidades e público presente. O executivo que, desde sempre, tem adotado uma postura de que está tudo bem, de que existe saúde financeira e, sempre quando reduzimos algumas taxas, “sim, sim”, veio-se a constatar, através da leitura da ata de 18 de outubro, e de uma conversa com o vereador Pedro Lobo, do PSD, que afinal existe muito dinheiro mesmo e, assim sendo, na ata diz que há uma verba de dezasseis mil euros para gastar num projeto, entenda-se site, para a promoção da Feira do Mirtilo e da Capital do Mirtilo. Nada contra, mas será o *timing* correto? E o site da Câmara, que é o que é? Mais, para além disto, existe mais uma verba de trinta e cinco mil euros, também mais IVA, para um estudo para promover o turismo. É certo e correto que o turismo é uma

das alavancas do concelho, mas será esta a altura correta? Não haverá prata da casa para fazer estes serviços? Será necessário gastar estas verbas? São mais de cinquenta mil euros. Sempre que a assembleia aprova medidas, que são, sobretudo, para reduzir impostos, vem a conversa de que estamos a querer fazer omeletes sem ovos, mas afinal, o dinheiro existe e, afinal, se as reduções de impostos não são tão importantes na tesouraria da Câmara. Acho que mais valia resolver o problema de colocação de rails, a sinalização, mais valia a obra da Cabreia, mais valia a praia do Couto, o arranjo do largo do Couto, mais valia pavimentar as estradas. Posso dar exemplos: a estrada que liga os Felgares ao Folharido, a estrada interior do Folharido, entre outras. Mas, não. Afinal parece que são os sites e os estudos que são mesmo importantes. Há obras que são colocadas em orçamento após orçamento e são os senhores que as colocam lá, mas nunca saem desses orçamentos.-----

Renata Marques – excelentíssimo senhor presidente da assembleia, excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal, excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimos vereadores da Câmara Municipal, excelentíssimos senhores presidentes das juntas, excelentíssimos senhores deputados municipais, minhas senhoras e meus senhores. O vírus difundiu-se na nossa terra e em todo o nosso redor. A ameaça deste amigo invisível continua presente nas nossas vidas. Felizmente, os nossos conterrâneos têm sido rijos, e o vírus não se tem sentido, por cá, na sua pior maneira. A maioria dos que conheço têm sido assintomáticos, ou com sintomas ligeiros. Mas, o problema covid não passa apenas pela saúde física, passa também pela saúde mental, elevando os níveis de ansiedade e stress, que não devem ser ignorados e há quem precise de ajuda. Tendo as vítimas de covid sofrido de alguma discriminação, que tem vindo a ser atenuada pois é um problema, que a seu tempo, vai afetar todos. Esta pandemia veio afetar gravemente a economia, agravando a situação social de muitas famílias, com sentido a piorar, e que não se recuperará em quinze dias. Hoje, mais do que nunca, temos que estar atentos e apoiar os nossos severenses - ajudar os desempregados, cada vez em maior número; reconhecer os novos pobres; os idosos; os nossos pequenos negócios, cujos donos poderão ser fechados em casa, com apoios medíocres e a pagar as suas dívidas, rendas e impostos. Neste ponto, aproveito para dizer que o vídeo promocional feito para o nosso comércio local “é-natal” está espetacular. Aprecem todos os nossos amigos que têm negócio em Sever do Vouga. E que devemos e podemos ajudar. Pelo que deixo um apelo a todos aqui presentes, para que, pelo menos neste natal, ajudem o nosso o nosso comércio. Conhecer as dificuldades das empresas e procurar apoiá-las, de maneira a evitar o desemprego. Vivemos num tempo que nos exige ser humanos, onde a obra não pode ser apenas de cimento e betão, temos que ser e estar pelas pessoas. Nesse sentido, uma das prioridades, do executivo, este ano foi a resposta à nova realidade provocada pela doença. Tendo sido incluída uma rubrica, no orçamento, específica para covid. Quero, ainda, deixar uma nota de felicitação ao executivo por ser novamente reconhecido, pelo quinto ano consecutivo, com o galardão de “Autarquia Familiarmente Responsável”. Este é um prémio atribuído aos municípios que *“em cada ano se distinguem pelo melhor conjunto de práticas adotadas em matéria de responsabilidade familiar para com os seus munícipes e os seus colaboradores. Tendo em conta os apoios ao nascimento, transporte escolar, refeições escolares, atividades de enriquecimento curricular, entre outras boas práticas”*. De sublinhar que este prémio é atribuído por um júri independente e nacional. Saúde para todos e obrigada pela vossa atenção.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor presidente. Muito boa tarde a todos. Vou tentar ser rápido e o mais sintético possível tentando responder a todos. Começando pela intervenção de Paula Coutinho. Em relação aos transportes, aquilo que é o meu *feedback*, a minha informação, é que as coisas não têm corrido dessa forma, que estão a decorrer normalmente. Houve alguns problemas, no início do arranque do ano letivo, e não tinham a ver, sequer, com a sobrelotação dos transportes. Tinham a ver com

algumas incongruências e falhas de horários. No que respeita agora, quer à lotação, quer ao acompanhamento dos transportes, penso que as coisas estão a correr mais ou menos bem, não tenho tido *feedback* de grandes queixas em relação a isso. Relativamente ao contrato de transportes, foram prestados alguns esclarecimentos relacionados com o funcionamento do SeverIn, que é o transporte que nós temos à parte daquilo que é o transporte das carreiras públicas. Não sei o que é que vai acontecer agora, mas deduzo que iremos ser informados, talvez, de alteração no procedimento. A senhora vereadora teve uma reunião, com as autoridades, onde foram esclarecidas as perguntas que eles colocaram. Este é um processo desconhecido para eles porque não existem muitas Câmaras com processos de transportes extra, portanto, não sei o que é que vai acontecer agora depois disso. Sobre o posto de carregamento elétrico, penso que está, definitivamente, para arrancar. Embora, na altura, tivéssemos dito que estaria quase pronto, houve uma situação relacionada com a ligação da corrente e já foi anunciado que, dentro de poucos dias, estará operacional. Quanto aos e-mails das juntas de freguesia, sobre pagamentos, trata-se de um processo contabilístico e alguns foram feitos hoje porque algumas das juntas ainda não tinham entregue toda a documentação sobre a execução dos protocolos. Relativamente à intervenção de António Monteiro, sobre a resposta aos pedidos de informação, volto aqui a dizer que alguns deles foram, e lamento que tenham sido, respondidos apenas agora, muito próximo da sessão. Nós tentaremos responder a todos eles. Quanto ao caso particular do centro escolar, irão receber uma resposta. Comuniquei isso numa reunião de Câmara há dias, ao senhor vereador do CDS, que ainda não tinha feito essa resposta porque ainda não tenho os dados todos para a fazer. Nós ainda temos documentos para assinar com o empreiteiro, tem a ver exatamente com aquilo que falou, com algumas alterações de prazos, com correções finais da obra, portanto, será dada essa resposta quando eu tiver isso tudo. Estão lá contratos suplementares para assinar e que a empresa ainda não enviou documentos, nomeadamente as declarações de não dívida, etc. Estamos a finalizar esses procedimentos para, depois, informar corretamente sobre o que é que aconteceu, uma vez que a obra já está terminada e também a receção provisória já está efetuada. Sobre o Ecocentro, continuo sem perceber o que é que os senhores desejam porque eu penso, se não estou enganado, que já vos foi enviado o relatório final da obra. Não sei o que é que desejam mais além daquilo que vos foi dado, é uma questão de nos transmitirem exatamente o que é que querem saber além daquilo. Acho que até já vos foi disponibilizado, pelo menos aos senhores vereadores, todo o processo da obra do Ecocentro para o consultarem abertamente na Câmara e penso que já o fizeram. Façam o favor de nos comunicar exatamente o que é que pretendem além daquilo que foi facultado, não haverá qualquer problema em o fazermos. Sobre o surto Covid-19, possivelmente o senhor António Monteiro tem andado mal informado, embora de uma forma bastante exaustiva nós, nas assembleias anteriores, já aqui dissemos aquilo que estávamos a fazer desde o início do Covid-19 e o que estamos a fazer, intensificando ainda mais, nesta altura, em que, realmente, a segunda vaga aumentou os casos e aumentou consideravelmente os casos em Sever do Vouga que não conseguiu escapar a esta onda nacional. Devo dizer que, com uma particularidade. É que, em Sever do Vouga, esta segunda vaga teve muito a ver com o surto grande em duas IPSS que, infelizmente, provocou mais dez mortes. Nós temos feito aquilo que já vínhamos a fazer, que é apoiar sempre as IPSS e eles sabem disso. A questão do hospital, daquilo que disse, o hospital de campanha, que não era propriamente um hospital de campanha, era um espaço de apoio que, nesta altura, não foi necessário mas continua lá a funcionar, mas temos também o hospital de retaguarda no Vougapark que está instalado devidamente para essas emergências, não o desativámos, continua ativo tal e qual como o nosso plano de emergência que foi aberto em abril e, contrariamente àquilo que alguns municípios fizeram, nós nunca deixámos de ter ativo o nosso plano de emergência. O plano de emergência tem a ver com as ações que fazemos no terreno na proteção, não só com as IPSS mas também com bombeiros, com as juntas de freguesia, com os particulares, no

controle, na atenção que damos, estamos em permanente comunicação com a autoridade de saúde, aliás, temos um delegado de saúde novo que se apresentou há cerca de quinze dias, com quem temos tido uma ótima relação e uma comunicação que não acontecia e isto tem muito a ver com as pessoas e atualmente, temos diariamente comunicação com a entidade de saúde, mas também com a GNR, com as forças de segurança em tudo aquilo que são agora as regras de confinamento e de afastamento, portanto, também no terreno temos as forças de segurança connosco, sendo certo, da parte da Câmara é todo o apoio logístico, e também apoio direto temo-lo feito com os bombeiros, com as IPSS com o reforço de apoios e também com o pagamento direto, aliás, com algumas IPSS já respondendo também a uma questão que aqui foi colocada sobre testes, nós temos pago grande parte dos testes que têm sido realizados em todas as IPSS e também com abertura aos bombeiros, às forças de segurança, etc., portanto, temo-lo feito aqueles que não são por via da saúde temos assumido essa despesa caso eles queiram realizar. Nós estamos permanentemente a apoiar essas situações e em contacto com elas. Com a proteção civil realizámos uma reunião, há dias, precisamente para acompanhar a situação e não é só a nossa situação, é a situação distrital. Tivemos outra reunião ainda sexta-feira, da proteção civil distrital, portanto, estamos em cima disto e isto preocupa-nos tal como a vocês, eu diria que, se calhar, mais porque nós estamos aqui na “boca do lobo”. Estamos atentos e muito preocupados com a situação. Em relação à intervenção de Tony Martins, temos apoiado tudo o que é testes, inclusivamente até o fornecimento de refeições e outros apoios diretos a famílias com problemas ou com falta de disponibilidade para saírem para fazer compras, até a esse nível temos apoiado a população. O facto de não estar refletido nas contas, está. O que é que, até aqui, o orçamento não tinha rubricas exclusivas para estas despesas do Covid-19 e elas eram integradas por apoio legal, foram criados vários Decretos-Lei que permitiam a aquisição e despesas por várias formas, portanto, elas foram sustentadas por aí, pelo orçamento em vigor. No próximo orçamento já tivemos o cuidado de meter lá, mais por uma questão de contabilidade de dirigirmos diretamente para aquela rubrica e ficarmos a saber o que é que, efetivamente, se vai gastando e quais são as despesas que vão sendo feitas nesta área, portanto, já integrámos no próximo orçamento uma rubrica Covid. Fundo de emergência municipal, estamos a trabalhar nele há muito tempo já, aliás, tínhamos um primeiro regulamento que abrangia apenas algumas situações, portanto esse regulamento está a ser alterado para a aprovação das renovações que permitam ir além daquilo que inicialmente estava previsto nesse regulamento e que vai permitir outros apoios além daqueles que, efetivamente, já lá estavam. O caso de reverter verbas, pois é óbvio que, se as verbas forem precisas elas têm de vir de algum lado e virão da distribuição do orçamento, daquilo que não é realizado, como é óbvio, e de outras, portanto, é necessário ir buscar as verbas para utilizar rubricas onde elas serão menos utilizadas ou onde irão ser diminuídas para cobrir essas despesas. Relativamente à intervenção do senhor presidente da Junta de Talhadas, volto a dizer-lhe que - quanto à reparação das estradas – muitas estão integradas neste orçamento e a serem executadas, nós, entretanto, iniciámos já uma rubrica do orçamento de 2020 que são os pequenos troços IV onde através dessa rubrica muitas dessas repavimentações e estradas pequenas estão integradas, já foram feitas algumas, por acaso ainda não foram a Talhadas e devo dizer-lhe que é a freguesia que tem mais ruas integradas nesta empreitada. Mas já começaram, é uma empreitada de cerca de quinhentos mil euros que está distribuída por várias freguesias, por todas elas. Iniciaram os trabalhos, fizeram algumas intervenções em Pessegueiro, em Rocas, em Couto de Esteves, nestas três freguesias e em Sever do Vouga também, portanto já fizeram algumas dessas intervenções, mas algumas das outras estão em rubricas específicas do orçamento. Não é possível é reparar estas estradas todas no imediato, como é óbvio. Relativamente a um possível centro escolar, continuo a dizer que tem de ser aprovado em carta educativa. Estamos a tratar da alteração da carta educativa, dei instruções agora há dias para monitorizarmos todos os planos existentes e preparar outros, já falados aqui alguns deles, mas todos os existentes, um deles é a carta educativa

independentemente de ela nesta altura necessitar de monitorização ou não porque não necessitava. Está em vigor há cinco anos só, portanto, as validações da carta educativa são para dez anos. De qualquer maneira, já dei instruções para que também se monitorizasse a carta educativa porque tivemos grandes alterações no funcionamento da educação este ano, portanto, para trabalharmos isso e depois será, a partir daí, da decisão do Conselho Municipal de Educação também que falou que não reuniu nesta fase, reuniu no início do ano letivo. Essas situações serão todas elas avaliadas por aí e depois com a aprovação, em última instância, do Ministério da Educação e da DGEstE porque não é a Câmara que decide fazer uma escola aqui ou acolá só por si, tem que ter essa validade e o parecer positivo porque tem que reunir números de alunos suficientes, é um conjunto de situações que não basta dizer que eu quero fazer uma escola e vamos fazê-la. Relativamente às lombas, temos um concurso aberto para, penso que quatro, neste momento, como disse, não dá para fazermos aqui uma empreitada de dez ou vinte, vamos fazendo gradualmente e, neste momento, temos a decorrer um concurso para quatro lombas previstas, não sei se está aqui alguma prevista para Talhadas, sei que estão duas para Pessegueiro, por exemplo, daquelas situações que têm sido solicitadas. De qualquer maneira, eu pedia ao senhor presidente da Junta que enviasse essa nota da aprovação das lombas, porque há dias tive dois ou três municípios de Talhadas que me falaram exatamente na colocação de uma lomba e disse-lhes para passarem na Junta de Freguesia (para que a junta nos confirme que realmente é necessário) para que isso seja porque as lombas têm um problema, tem muita gente a querê-las e muita gente a não as querer e é sempre este problema, é verificar bem isso, porque, não sei se se estava a referir ao acesso à zona industrial mas foi uma das que me passou por aí. Temos trabalhado na proteção civil e temos, também, reforços para a proteção civil e intervenção da proteção civil em várias áreas do orçamento, como digo não está lá nenhuma com o nome proteção civil embora esteja, por exemplo, na área da limpeza e da proteção das zonas industriais e das zonas de proteção às vias principais, está lá uma rubrica no orçamento e este ano já investimos muitas verbas na proteção dessas áreas, mas também ao nível dos apoios. Como disse, reforçámos muitíssimo o apoio aos bombeiros, às IPSS, à Associação Humanitária de Talhadas, curiosamente, portanto, tudo no apoio à proteção civil. Nós apoiámos a aquisição de testes para muitíssima gente, não sei ao certo se as quatro IPSS, se todas as pessoas o fizeram, mas garanto-lhe que, pelo menos, em três, toda a gente foi testada mais do que uma vez. Em duas delas várias vezes, onde os colaboradores e utentes foram testados. Relativamente à intervenção de Paulo Lourenço, promoção do mirtilo, são aquelas opções que nós tomámos e entendemos que promover um produto que é uma marca de Sever do Vouga acho que é desenvolver a nossa atividade económica e promover o desenvolvimento económico do concelho, portanto, fazemo-lo entendendo que isso é valorativo de Sever do Vouga e que não promove apenas o mirtilo, mas sim a nossa terra também, portanto, fazemo-lo como normalmente. Planos estratégicos e outros planos, temos uma série de planos, alguns deles até propostos agora na discussão e preparação do orçamento de 2021, nomeadamente o Plano de Juventude, uma vez que o plano municipal de saúde já tínhamos aprovado, está em início de preparação, de elaboração, o plano estratégico do turismo também já constava no orçamento anterior. Nós tivemos, em tempos, um plano estratégico do turismo que também já perdeu a sua validade, porque estava preparado para dez anos, para a evolução do turismo no concelho para dez anos, portanto, esgotado esse plano vamos fazer um novo com outras características completamente diferentes. O concelho, pelo menos ao nível do alojamento transformou-se completamente desde o primeiro plano estratégico até agora, portanto, se queremos valorizar também o turismo em Sever do Vouga temos que o preparar convenientemente e essa é a forma que encontramos. Não temos gente dentro da Câmara capacitada para fazer isto, como é óbvio. Nós, com 109 pessoas dentro da Câmara Municipal, várias áreas, vários serviços, primeiro não tem gente suficiente e depois não temos técnicos especializados em todas essas áreas, portanto, temos de adquirir serviços fora e, alguns destes planos, normalmente, é assim que os fazemos. Rails, Cabreia, largo

do Couto, praia fluvial, tudo em execução ou em concurso. O largo do Couto e a praia fluvial, como sabem, já foram ambas a concurso e ficaram desertos, é um problema que temos tido e que, pelos vistos, torna o problema grave porque não é só em Sever do Vouga e não tem a ver, sequer, com os valores dos concursos. Tem a ver com a falta de mão de obra das empresas e com os trabalhos que têm em demasiado. Ainda ontem falei com um empreiteiro que me disse que não quer mais nada durante um ano porque tenho trabalho para esse período todo e não vou aceitar porque depois não consigo cumprir. Este tem sido um problema atual. Falta de empresas a concorrer e, das conversas que tenho tido com os meus colegas, tem sido igual em todo o lado. Não há Câmaras que não tenham tido problemas de falta de empresas a concorrer às empreitadas e aquilo que temos observado é, quanto mais complicadas as empreitadas forem, menos concorrentes tem ou não tem. As mais simples vão tendo e estas aqui, largo do Couto e praia fluvial, estão outra vez em concurso, estão na plataforma outra vez para concurso. Desta vez, tivemos de reavaliar os projetos, fazer novas medições, alterar aqui algumas coisas para tentar que, realmente, alguém concorra e ganhe as obras e eu estou esperançado que sim, que dentro de dias teremos essas duas. A Cabreia também está a concurso, ainda não foram abertas as propostas, e os rails também. Os rails são uma aquisição direta e pensamos, até, ainda executá-los e distribuí-los ainda neste próximo mês, até ao final do ano de 2020. O que está previsto é mil e tal metros de rails para distribuir por alguns locais mais perigosos nesta fase. A intervenção da Renata, para lhe dizer que essas medidas de apoio ao comércio, entendemos que ainda são mais necessárias também indo ao encontro daquilo que já aqui hoje foi falado, também são dessas medidas de apoio não só às empresas porque temo-lo feito, nomeadamente naquelas empresas que estão a ocupar espaços e locais de serviços municipais, em todas elas criámos apoios desde o início da pandemia, com reduções de pagamento de rendas, etc. para o comércio em geral, estamos a fazer esta promoção do Natal que também vai ao encontro de alguma dificuldade agravada com a pandemia, portanto, também aqui, corroborando aquilo que a Renata disse, faço o apelo para que pensemos em fazer compras em Sever do Vouga porque, felizmente, temos cá de tudo. -----

----- 4 – Ordem do Dia -----

1.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara: - Foi perguntado, pelo presidente da mesa, à Assembleia, se pretendiam colocar questões, ou se havia alguma dúvida sobre a informação. Aberto um período de intervenções, foram registadas as seguintes:-----

Presidente da Câmara Municipal - Na última sessão foi colocada a questão de ter havido algumas alterações na comunicação escrita. Nós continuamos a apresentar a comunicação escrita abordando, de forma genérica, todos os serviços e todos os pelouros da Câmara Municipal e voltámos, uma vez que tinha sido aqui colocada a questão da informação relativa às obras e às empreitadas, ter sido retirado alguns pontos, a completá-la com esses pontos todos, execuções físicas e financeiras, tentando dar resposta a essas solicitações.-----

Diana Paiva – excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da mesa, excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal e restante executivo, excelentíssimos, senhores membros da Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores. Na sequência da informação escrita, onde consta um relato sobre a atividade da CPCJ durante este período, e como fui eleita por esta casa para esta, gostaria de falar o seguinte. A CPCJ mudou de instalações em setembro deste ano, encontra-se agora na Rua do Jardim, por baixo da sede do edifício municipal. Talvez muitos não saibam, mas o Sr. Presidente deveria saber, a CPCJ lida com uma área muito sensível da nossa sociedade, crianças e jovens, famílias esgotadas, situações de violência doméstica e, tudo isto, são situações que devem ter o máximo de reserva. Quando falo em reserva, falo mesmo de sigilo, e, portanto, deve ser assegurado, ao máximo, o sigilo dos assuntos e das pessoas envolvidas, pelo que, o local onde se encontra instalada a Comissão de proteção de Crianças e Jovens não deve ter quaisquer outros serviços que não lidem com situações

desta sensibilidade. Não deve existir qualquer outro posto de atendimento ou serviço do Município onde se possam cruzar outras pessoas que não aquelas da área. Para termos uma ideia da sensibilidade deste tipo de processos, eles são acompanhados muito de perto por um representante do Ministério Público do Juízo de Família e Menores, no nosso caso de Aveiro, os Srs. Advogados que acompanham as partes nesses processos não têm acesso aos mesmos na plataforma informática CITIUS, onde normalmente acedem aos processos. As consultas por Advogados a esses processos têm que decorrer nas instalações dos Tribunais, onde qualquer cópia de qualquer peça do processo tem que ser requerida e autorizada por Despacho do Meritíssimo Juiz. Atente-se que chegamos ao ponto de as consultas serem realizadas na secretaria, em frente aos senhores funcionários para não conseguirmos copiar peças à socapa, já o tentei, acreditem. Congratulo-me Sr. Presidente que tenha encontrado um espaço mais condigno para o funcionamento da CPCJ, mas tem que ter em atenção que, naquele espaço, não pode colocar qualquer outro posto de atendimento ou serviço que não seja da área, sob pena de desvirtuar todo o cuidado, reserva da vida privada das pessoas que ali têm de ser seguidas. A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens não é uma extensão de serviços camarários, nem nada que se assemelhe e tem que ser vista como ela é, uma entidade que assegura o bem-estar e proteção de crianças e jovens com atribuições muito sensíveis e, por isso, deve ser assegurado por parte do município que as suas atribuições são seguidas com a segurança máxima desse sigilo que lhe é devido. Senhor presidente, solicito, uma vez mais, que traga informação atualizada dos processos judiciais, estamos a verificar contestações que estão para ser entregues há meses, se não anos, o que não pode corresponder à verdade, processos com anos em que se mantém sempre a mesma informação e parece que há informação que não consta aqui. Falo precisamente dos processos de contraordenação em que a Câmara, ou o município será arguido, isto por informação que já foi prestada anteriormente num documento chamado de responsabilidades contingentes que, este não existe. Senhor presidente, queremos ter acesso a toda informação onde a Câmara possa ter responsabilidade, seja em processos judiciais a correr seja em processos contraordenacionais onde o município seja arguido, pois estes podem trazer consequências financeiras graves. Assim, solicito que nos seja remetida essa informação.-----

António Monteiro – Muito obrigado senhor presidente da mesa. Senhor presidente da Câmara Municipal, a informação escrita do senhor presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal é, como já tivemos ocasião de dizer em reuniões anteriores, um documento político em que o senhor presidente da Câmara Municipal presta contas à Assembleia do que fez entre assembleias municipais. infelizmente, desde o início do mandato o senhor presidente da Câmara Municipal não tomou a palavra, uma única vez, para apresentar esse documento e prestar contas do que fez ou do que não fez à assembleia. E isto é uma questão política. Nós consideramos que o senhor presidente da Câmara tem a obrigação de apresentar este mesmo documento. Por isso mesmo, consideramos, também, que está em falta desde o início do mandato. Não podemos, também, deixar de registar aquilo que consideramos um ponto positivo. É que depois dos protestos do CDS, ao longo deste mandato, efetivamente a informação relativa às empreitadas, nesta informação escrita, teve melhoria porque confessamos que era absolutamente incompreensível como é que havia empreitadas que apareciam e desapareciam da informação escrita sem que a assembleia fosse informada do destino das mesmas. Agora, não podemos deixar de considerar que essa informação é a informação que permite confirmar aquilo que são as preocupações do CDS. É porque, não é nem uma, nem duas, nem três empreitadas em que há prorrogações do prazo que está contratado pelo município com o empreiteiro sem que nos sejam dadas explicações porque é que essas prorrogações ocorrem. Tivemos oportunidade, no período de antes da ordem do dia, de falar da questão do centro escolar porque solicitámos informação de porque é que ela sucedia. No caso do centro escolar são, pelo menos, três prorrogações. Vamos ver em que é que acabamos, em termos destas prorrogações. E estas prorrogações são importantes porque quando são prorrogações

graciosas significa que a Câmara assume a responsabilidade do adiamento das mesmas, assume que a culpa é sua e que a culpa não é do empreiteiro. E isso, senhor presidente, significa que tem um valor económico porque se é contratado, qualquer um de nós sabe isso, se fizer um contrato com algum fornecedor para a sua casa ou para o seu negócio, sabe que há um prazo para a entrega. Se esse prazo não é cumprido isso tem um valor económico e se a Câmara assume que a responsabilidade é sua significa que a Câmara está a falhar na condução das empreitadas. Portanto, vou voltar atrás à questão do Ecocentro. O senhor presidente da Câmara está há, pelo menos dois anos, a tentar fazer-se de desentendido quanto àquilo que nós estamos a solicitar e aquilo que nos enviou, e que eu tive oportunidade aqui, neste púlpito, de criticar, não é um relatório. Aquilo que nos enviou foi um documento avulso, sem timbre, assinado não se sabe por quem, em que qualidade, não é sequer um documento da fiscalização da obra, e que não nos diz aquilo que são as perguntas que nós temos feito. A obra parou porquê? Percebemos que houve uma falha. Essa falha ocorreu e queremos saber quem foi o responsável pela falha porque se temos uma obra que não pode ser completada porque aquilo que está construído está também a ser feito é porque houve alguma falha. A falhar foi de quem? Foi do empreiteiro que executou mal a obra? Foi do levantamento topográfico? Foi do projeto da obra? Quem é o responsável, senhor presidente da Câmara? É porque a Câmara assumiu que a culpa era sua porque se admite uma prorrogação graciosa e se dá esse prazo ao empreiteiro significa que a culpa do empreiteiro, ou é? Então, a culpa é de quem? E é essa assunção de responsabilidades, senhor presidente da Câmara, que nós queremos que seja clarificada perante a Assembleia Municipal. Por outro lado, ainda em relação à informação escrita, nós não podemos deixar de estranhar a forma como a mesma é apresentada. Nós estamos a assistir a uma das maiores crises que este país atravessou e na informação escrita onde é que está o combate à pandemia? Onde é que está a prevenção do contágio à Covid? Onde é que está a atividade que o município tem obrigação de desenvolver para proteger os severenses, senhor presidente? Zero. A própria organização da informação escrita, se esse é o principal problema de saúde pública, de sobrevivência dos negócios que sustentam muitas famílias, essa deveria ser a primeira prioridade que devia estar na informação escrita e o senhor presidente, em relação a isso, nem uma palavra aqui teve para apresentar nessa mesma informação escrita. E eu não estou mal informado, como disse ainda há pouco no período de antes da ordem do dia, eu estou é bem informado. Eu quero é que o senhor presidente da Câmara preste aqui contas à Assembleia Municipal do que fez ou do que deixou de fazer porque, sinceramente, em relação àquilo que é o combate à pandemia e, infelizmente, aquilo que eu vejo a Câmara Municipal de Sever do Vouga fazer mimetiza para o mal, até porque são do mesmo partido, aquilo que o governo do país anda a fazer. Andam a reboque das circunstâncias. Os senhores não previnem, não acautelam. Correm atrás do prejuízo. É que, hoje em dia, os especialistas já tornaram público. A partir dos finais de agosto já tínhamos dados disponíveis. Deveria ter havido intervenção a partir do início de setembro. Faltou coragem política ao governo, mas também falta coragem política à Câmara Municipal de Sever do Vouga para fazer aquilo que é preciso fazer para defender os severenses e a consequência disso, senhor presidente da Câmara, sabe qual é? É que, aquilo que são as medidas que têm de ser tomadas infelizmente vão ter que demorar mais tempo porque esta é uma crise que vai ser mais longa do que foi o primeiro surto. E é mais longa porque, quando se discutia, na primeira vaga, a questão do “r”, que era a taxa de produção do contágio, uma coisa é sabermos que multiplicamos um valor por duzentos ou trezentos contágios por dia, que era o que se estava a suceder na primeira vaga, outra coisa é saber se multiplicamos por seis mil por dia, que é o que está a acontecer nesta segunda vaga. E, quando nós olhamos para Sever do Vouga, que ultrapassou já, em muito, aquilo que era a taxa de contágio da primeira vaga, é evidente que nós estamos preocupados. Estamos mesmo, senhor presidente. O CDS sempre esteve disponível, desde a primeira hora, para colaborar naquilo que é algo que nos deve unir a todos, que é defender a vida dos

severenses, mas, infelizmente, aquilo que nos parece é que não há rumo, até porque o senhor presidente da Câmara nem nos explica o que tenciona fazer para proteger as vidas dos severenses, especialmente nos lares porque não é depois, senhor presidente da Câmara, que se vão salvar vidas. Infelizmente, já se perderam vidas, só que, para salvar vidas, é preciso intervir. Antes, é preciso prevenir. É preciso distribuir equipamento de proteção individual, é preciso testar, é preciso fazer isso tudo. É verdade. Mas é fundamental que essas medidas sejam avaliadas, apreciadas e que se preste contas daquilo que correu bem e daquilo que correu mal. E é, também, preciso acautelar os negócios, acautelar os apoios que é preciso dar porque, senhor presidente, com toda a franqueza, eu percebo que agora, no Natal, se tenha feito um vídeo para promover o comércio local, mas quando é decidido o confinamento? Eu tenho a noção do impacto que isto tem, especialmente na restauração. Desculpe, falam na Rota do Cabrito quando nós estamos com a restauração no estão em que está? O senhor presidente acha que essa promoção da Rota do Cabrito permite salvar os negócios que de quem vive da restauração? Não me parece, senhor presidente. É preciso muito mais e nós temos, evidentemente, uma exigência muito maior em relação àquilo que são os poderes públicos. Em especial à Câmara Municipal de Sever do Vouga, temos pena que esta maioria não tenha essa exigência para consigo própria porque isso é que o permite acautelar a vida dos severenses e a vida dos negócios dos severenses e, evidentemente, terão um impacto naquilo que é o seu futuro.-----

Paula Coutinho – Reitero os cumprimentos de há bocado. Caras e caros severenses, cumpre-me a mim falar sobre a informação escrita do senhor presidente da Câmara à Assembleia Municipal. Esta informação deve dar conta daquilo que o executivo tem feito ao longo do tempo – as atividades, os serviços, as diligências, as obras e a informação financeira. Mas minhas caras e meus caros, 2020 está a ser um ano invulgar, e confesso que esperava ter visto nesta informação escrita, mais conteúdo sobre o que foi feito e as diligências que foram tomadas neste tempo pandémico. O que me leva a crer, que o município passou completamente ao lado daquilo que devia ter feito para conter a propagação do Covid-19. Também esperava ter visto, uma vez que questionamos na última assembleia, quais as reuniões havidas para definir as estratégias e medidas de prevenção, nomeadamente, as reuniões do Conselho Municipal de Segurança, da Comissão de Proteção Civil e do Conselho Municipal de Defesa da Floresta. Bem como, se encontra a revisão do Plano Municipal de Incêndios e do Plano Municipal de Emergência. Nada refere, nada foi feito. Mas nem tudo é mau, e esta informação escrita incide mais sobre as obras e presta informação, um pouco mais detalhadas, sobre as obras executadas e as em execução. Neste sentido gostaríamos de alertar para duas gralhas que veem mencionadas nesta informação, uma sobre a data de fim de obra do Vilarinho's Board Walk, mencionada na página 17, que julgamos não ser o ano de 2012... outra, relativamente à reabilitação da Fílveda, página 27, que como sabem ou deveriam saber, não pertence à freguesia de Rocas do Vouga, mas sim, de Silva Escura e Dornelas. Relativamente às obras concluídas, gostaríamos de esclarecer: E porque na última Assembleia Municipal já foi solicitado pelas diversas bancadas, o relatório da obra do Centro Escolar de Sever do Vouga e até à data a bancada do PSD não recebeu, gostaríamos de mais uma vez solicitar esse relatório, bem como o auto de receção provisória desta obra. O nosso vereador, Pedro Lobo, na reunião de câmara de 23-09-2020 pediu esclarecimentos sobre uma prorrogação de 60 dias, concedida graciosamente, para a realização de trabalhos a mais na obra do Centro Escolar, quando sobre estes trabalhos a mais, o relatório da empresa de fiscalização refere: *“uma das condições para que estes valores sejam aceites é que estes trabalhos a mais não deem origem a prorrogação de prazos”*. Para nosso espanto, verificamos que não só essa prorrogação foi aprovada, como ainda houve outra de 59 dias em 29-10-2020, que nem levada a reunião de Câmara foi. Perguntamos, porquê e quem autorizou mais uma prorrogação graciosa de 59 dias? Senhor presidente, para que é preciso uma nova prorrogação se a obra estava concluída? É que o senhor presidente disse aos vereadores que a obra estava concluída desde o dia 31 de agosto. O auto de receção provisória da obra

que, até ao momento, não foi apresentado, mas que o senhor garantiu em reunião de Câmara ter sido lavrado no dia 14, para depois se contradizer em Assembleia Municipal, em que afirmou que afinal tinha sido no dia 16 existe ou não. Que trabalhos são estes que se realizaram depois do fim da Obra? O que diz a fiscalização da obra? Onde é que está o relatório, que o senhor tem que apresentar em reunião de câmara e até agora não apareceu. O que diz o Tribunal de Contas sobre as trapalhadas do senhor presidente, nesta obra? O senhor tem noção que o financiamento desta obra pode estar em causa, pela sua negligência. Nós sabemos que o Sr. presidente acha estar acima de todas estas entidades e até se gaba disso, porque até diz que a fiscalização da obra só lá está para dar opiniões, porque é a Câmara que aprova as prorrogações de prazo. Isto foi dito por si na mesma reunião de câmara de 23 de setembro. Permita-me que dê uma informação ao senhor presidente que, apesar de há décadas exercer funções autárquicas parece desconhecer. As opiniões da fiscalização são opiniões de técnicos. O senhor também é técnico? É que se o senhor presidente é técnico, para quê gastar dinheiro em fiscalização. E se a sua ideia é não considerar as opiniões dos técnicos, para quê gastar dinheiro com uma empresa de fiscalização. A verdade, sabemos nós, é que aquilo que o senhor presidente quis dizer é que o Senhor manda e desmanda conforme entende. Minhas caras e meus caros, para além de mentir, o senhor presidente ainda se acha dono da razão, desprezando o parecer e opinião de alguém que efetivamente percebe do assunto e que é paga para zelar pelos interesses da Câmara. Afinal a obra do centro escolar está ou não concluída? Onde está o Auto de receção? Ainda vão existir mais trabalhos a mais para além dos que veem mencionados na informação escrita? Senhor presidente, podemos contar com mais mentiras ou atingiu a sua cota máxima? E, já agora, senhor presidente, diga ao seu vereador das obras que diz sempre que a obra está lá para ver, que as leis são para serem cumpridas, que o histórico de obras com prazos sucessivamente prorrogados é algo de muito preocupante e exercendo o cargo há tantos anos devia saber que tempo é dinheiro. 310+60+59 são 429 dias de multas perdoadas. São centenas de milhares de euros perdoados a esta empresa. Se outras empresas soubessem que para na Câmara de Sever do Vouga os prazos não contam muitas mais empresas teriam concorrido a esta obra. Gostaríamos de questionar se a ecopista é para ficar assim, com pavimento disforme, ou se vão uniformizar? Senhor presidente, na última informação escrita, o senhor presidente mencionava que a suspensão do prazo de 29 dias, relativamente à reposição de infraestruturas na Biblioteca Municipal de Sever do Vouga era em 23-04-2020, e nesta informação escrita já menciona que é em 03-11-2020, em que é que ficamos? A Câmara não tem fiscal de obras. Qual o motivo? O Senhor presidente garante que a fiscalização está a ser feita pela Câmara ou passaremos a ter em Sever o salve-se quem puder? Informação de Gestão: O executivo apregoa que o “*município está bem financeiramente*”, confere, ou tudo leva a crer que sim. Mas, questionamos - à custa de quê? Dos remendos que faz pelo concelho? Das obras que não saem do papel? Das cativações que faz? Da falta de investimento na saúde? Da falta de investimento na educação? Na falta de políticas de juventude? Minhas caras e meus caros, o executivo tem-se limitado, sobretudo, neste último mandato a uma gestão corrente, sem visão e planeamento e quem paga a fatura no final? Os municípios. E a prova disso são os níveis de execução orçamental, que nunca estiveram tão baixos como agora. O executivo está em condições de garantir o cumprimento do dispositivo do n.º 3 do artigo 76º da Lei n.º 73/2013, de 13 de setembro que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais? Relembro que na última prestação de contas já alertamos para os baixos níveis de execução e das consequências de a taxa de execução ser inferior a 85% em dois anos consecutivos. Em 2019 já se verificou e em 2020, vai acontecer o mesmo? Pelos dados fornecidos nesta informação financeira, tudo leva a crer que sim. O que vão fazer? Afinal, há preocupações financeiras.-----

Presidente da Câmara Municipal – Em relação à intervenção de Diana Paiva, quero dizer que, a sua preocupação em relação à CPCJ é a nossa preocupação, também. Eu já tive oportunidade de reunir com alguns elementos da comissão executiva da CPCJ no sentido de vermos a possibilidade de encontrar uma solução para aquela separação e isolamento. De qualquer forma, devo dizer que os serviços onde está a CPCJ a funcionar são exclusivamente utilizados pela área social da Câmara Municipal. Até aqui tinha lá o serviço da AdRA, que já não está lá, portanto, são serviços dentro da mesma área e com muitos espaços de reserva que dariam para esse atendimento mais reservado. Aliás, eu tive oportunidade de dizer às senhoras que há lá espaço mais do que suficiente para criar esse tipo de reserva das pessoas não se inibirem de ir lá. De qualquer maneira, o espaço anterior onde funcionava a CPCJ ficou, ainda, com alguns espaços disponíveis para poderem utilizar quando quiserem. De qualquer forma, também lhes disse que era possível que se encontrasse uma solução para essa separação, mais esse espaço de reserva num outro espaço da Câmara que iremos arranjar, mas, até lá, eu penso que conseguem trabalhar em separado pois têm uns seis ou sete espaços onde trabalham 3 ou 4 pessoas. Parece-me que o espaço ali está bem distribuído para essa reserva para as pessoas não se sentirem inibidas de ir lá. Estamos atentos a isso e disse-lhes, na altura, que disponibilizaríamos outro espaço se o sentirem necessário. Relativamente à informação atualizada, nos documentos do orçamento, vem especificamente um documento sobre as responsabilidades contingentes, penso que não são exatamente aquelas que estão ali, abarca-as aqui todas. Acredito que esteja aqui um ou outro que não esteja atualizado. Esta é a informação transmitida pelo gabinete jurídico e são todas as situações que são apresentadas pelo mesmo gabinete. Presumo e acredito que esteja aqui tudo aquilo que aconteceu. Não sei se na comunicação falta alguma, mas aqui não faltará com certeza. Relativamente à intervenção de António Monteiro, eu não gosto de “fazer festa com coisas más”. Não entro nesse barco. Na questão de vir para aqui com o covid para fazer política de feira, não me convide que eu não entro nesse jogo. O covid preocupa-me, já disse, há bocado, na primeira intervenção. Disse que me preocupo tanto como o senhor, com certeza. Já não quero dizer que mais, mas preocupo-me muito. Agora, eu vejo a disponibilidade das pessoas para fazerem festa à custa disso e isso eu não faço. O senhor tem muitos elementos e eu nunca vi nenhum de vocês prontificar-se para fazer parte do banco de voluntários. Não vejo essas pessoas que criticam, que estão sempre disponíveis para tudo, não vejo lá ninguém inscrito. Há aqui muitas áreas onde as pessoas, se tiverem essa vontade de colaborar, podem-no fazer abertamente, portanto, deixo-lhe aqui esse desafio, também, o senhor pode colaborar se quiser. Sobre as prorrogações e alterações de prazo, o senhor sabe que as prorrogações e alterações de prazo, quando são graciosas, são a pedido do empreiteiro e depois analisadas pelo dono de obra que entende se acha que as deve, ou não, consentir, portanto, isso implica que não haja revisões de preço nem haja preços a mais dos produtos, etc. Por isso é que elas são graciosas, portanto, não há aqui qualquer situação de, depois, à custa da prorrogação, a obra nos custar mais. Aliás, os encargos com a fiscalização também são por conta do empreiteiro. Está uma empresa contratada para fazer a fiscalização e são eles que a assumem depois no período de prorrogação de prazo e isso está no contrato de aditamento que foi feito, portanto, todo este processo já disse, há bocado, serão informados. Uma coisa é certa, também já aqui alguém o disse, penso que foi Paula Coutinho, isto é comunicado ao Tribunal de Contas e ainda não nos disseram nada que esteja anormal neste processo, portanto, não andamos aqui a fazer as coisas porque me apetece a mim, como a senhora disse. Nós trabalhamos em equipa na Câmara Municipal e procuramos ouvir os técnicos. É para isso que eles lá estão, portanto, não sou eu que decido estas coisas todas. Decido algumas e muitas. Ponderadamente. Procuro fazer sempre com esses ouvidos, mas, às vezes, quando a opinião do técnico não é a mesma que a nossa, temos que manifestar esse desacordo e chegar a uma conclusão. Agora, são trabalhadas com os técnicos, como é óbvio. Mas, eu não tenho esses receios, esteja à vontade, porque todas estas coisas são comunicadas ao

Tribunal de Contas. Volto a dizer, relativamente ao Ecocentro, António Monteiro, faça-me um pedido concreto daquilo que quer. Nós respondemos àquilo que disse, que era o relatório. Aliás, o relatório que o senhor diz que não estava escrito em papel timbrado foi alterado e foi fornecido um novo relatório. Se não lhe chegou às mãos, vou ver o que é que se passou, mas foi feito. Dizer-lhe, também, que esta obra é financiada e acompanhada pelo POSEUR e que o desenvolvimento da empreitada foi comunicado, no fim da obra, e durante o procedimento à entidade que a comparticipou. Não vi, da parte deles, nenhuma comunicação de alguma incorreção que tenha acontecido no desenvolvimento da obra. Relativamente a esta informação escrita, continuarei a dar-lha assim porque isto chama-se informação escrita, isto diz em cima comunicação escrita. Não tenho nada que vir para aqui fazer uma comunicação oral daquilo que vos é fornecido como uma comunicação escrita. Podia fazê-lo, mas responderei às dúvidas, que é aquilo que estou a fazer aqui. A comunicação escrita abarca o conjunto dos serviços das atividades do que se vai passando. É evidente que não vem para aqui o retrato de tudo aquilo que acontece no dia-a-dia da Câmara, é genericamente, serviço a serviço, atividade a atividade. Distribuição de EPIs, foi o que fizemos sempre, temos estado em permanente contacto com as instituições. Fomos das Câmaras que iniciou logo um processo de distribuição de EPIs pelas várias instituições antes de alguns o aceitarem e até o fazerem porque, hoje, ainda há municípios que não o fizeram. Posso dizer-lhe que, aqui, perto de nós, há alguns municípios que não fizeram qualquer distribuição de EPIs pelas instituições e nós vamos fazendo-o já há algum tempo conforme a necessidade e as coisas vão requisitando e nós vamos entregando aos bombeiros, à saúde, às IPSS, portanto, temos estado em permanente contacto com eles nas necessidades que eles têm. Nas intervenções diretas, nesta fase, desde o início que nós estivemos atentos, aliás, disponibilizámos outro tipo de equipamentos como camas, por exemplo. Nós distribuimos camas às IPSS para eles conseguirem fazer, internamente, a separação de positivos e não positivos, portanto, essas intervenções foram, também, com o nosso apoio e com a nossa colaboração direta. A Rota do Cabrito aconteceu no início de outubro e foi num período em que ainda não tinha chegado cá a segunda vaga e correu muito bem. O senhor informe-se com os catorze restaurantes que participaram e pergunte-lhes se não foi uma atividade com grande sucesso e de grande promoção para os restaurantes. A informação que temos dos restaurantes é ótima quanto à afluência de público nessas alturas. Foram dois fins de semana dedicados à rota. Plano municipal de incêndios, em relação à intervenção de Paula Coutinho, não conheço este plano, mas se calhar queria falar da defesa da floresta. Nós temos, como disse há bocado, todos os planos em monitorização ou em alteração. O da defesa da floresta é um deles, está em revisão, já há muito tempo, para corrigir e alterar algumas coisas, portanto, de tempos a tempos são monitorizados e o de emergência também, temos um plano de emergência que, até por via desta situação agora, não havia nenhum plano de emergência no país que contemplasse uma situação destas que é nova, portanto, estamos a fazer ajustamentos a ele e a prever situações futuras que poderão vir a acontecer, mas nunca ninguém se lembrou que podia acontecer uma pandemia, portanto, se consultar os planos de emergência de todos por aí abaixo não encontrava em nenhum deles uma nota sobre isso, portanto, estamos a trabalhá-los nesse sentido. É evidente que eles foram adaptados a esta situação de emergência e para o centro escolar a resposta é a mesma. Vocês vão ter, em detalhe, o relatório final da execução, dos autos de receção. Aqueles prolongamentos tiveram a ver com as vistorias finais. Chegamos ao fim da obra e vamos dar uma volta à obra e vamos ver as coisas mais pequenas e minuciosas que possam necessitar de serem corrigidas, portanto, foi isso que se passou nos cinquenta e tal dias depois do fim e até já com aulas, eram pequenas revisões e afinações de pormenor e ainda hoje têm algumas para ir lá fazer. Ecopista, regularização, aquilo que estava, na informação também diz o que é que ia acontecer na ecopista era uma intervenção para a correção de determinadas falhas, não era para reposição integral do pavimento, porque isso não custava sete ou oito mil euros, custava 700 mil, como custou a pista quando foi feita,

portanto, era para aquelas pequenas correções de degradação nalguns sítios, foi para isso que foi feita. A intervenção na biblioteca foi a mesma coisa, para pequenas correções.-----

António Monteiro – Senhor presidente da mesa, eu peço a palavra para um protesto. Eu acho que há limites à forma como o senhor presidente da Câmara se dirige à oposição e há algo que o senhor presidente da Câmara disse aqui que eu considero profundamente insultuoso e não pedi a defesa da honra porque também acho que não o justifica. Dizer-se que se faz festa com o covid. O senhor presidente dizia que não fazia festa com o covid ou se insinuou que éramos nós que fazíamos festa com o covid. O senhor presidente da Câmara, cuidado com a forma como se dirige à oposição. Cuidado com a forma como se dirige ao CDS porque há limites e eu bem me lembro quando o senhor presidente da Câmara nem uma reunião de Câmara fazia e foi o CDS que tomou a iniciativa de enviar um e-mail para o senhor presidente com propostas e manifestando a sua disponibilidade para colaborar no combate a esta pandemia que nos afeta a todos. Festa com o covid? O senhor presidente, cuidado com a forma como diz as coisas. Nós podemos discordar em relação àquilo que são as soluções políticas, podemos criticar a forma como o senhor exerce as suas funções, o senhor é que é o presidente da Câmara, nós somos da oposição, estamos a fiscalizá-lo a si e cabe-nos essa responsabilidade enquanto oposição. Ora, dizer festa. Senhor presidente da Câmara, pode fazer-se constantemente de desentendido em relação àquilo que não está a correr bem, pode até fingir que não é nada consigo, mas é, senhor presidente. O senhor presidente é presidente da Câmara e quis ser presidente da Câmara. Tem que responder a estas questões. Ter uma informação escrita que, em relação ao covid nada diz depois de nós termos perguntado, por escrito, aquilo que ainda há pouco eu perguntei aqui novamente, oralmente, em relação ao Ecocentro e o senhor presidente diz “façam a pergunta por escrito”. Já tem essa pergunta por escrito e nunca respondeu. Esconde o quê? Se há pouco resolveu tratar o CDS desta forma, agora trato-o eu também da mesma forma se é disso que gosta. O senhor presidente anda a perdoar muitas a empreiteiros porquê? Com que fundamento? Queremos entrar por esse registo? É que as prorrogações de prazo significa perdoar muitas a empreiteiros. Portanto, o protesto que o CDS faz, aqui, é pela forma como o senhor presidente da Câmara se dirigiu à oposição e também lhe diz uma coisa, senhor presidente, se não quer ter o troco não nos trate da forma que acabou de nos tratar porque, se não, nós devolveremos e devolveremos em dobro.-----

1.2 CPCJ – Designação de Cidadãos Eleitores: - Para cumprimento do disposto na alínea l), do n.º 1, do artigo 17º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, foi realizado o ato eleitoral, por escrutínio secreto, para a designação de cidadãos eleitores para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sever do Vouga, tendo sido designados os seguintes cidadãos: Elga Maria Amaral Martins da Silva e Rui Manuel Pinto Miranda.-----

1.3 Orçamento Municipal 2021: - Depois da apresentação da proposta pelo presidente da Câmara Municipal, o presidente da Assembleia Municipal abriu um período de intervenções, tendo-se registado as seguintes:-----

António Monteiro – Muito obrigado senhor presidente da mesa. Senhor presidente da Câmara, quando descreveu aquilo que era a lógica deste orçamento, chamou-lhe um orçamento de continuidade. Ora, aquilo que nos queremos chamar à atenção é que este é o último orçamento deste mandato. E, sendo o último orçamento deste mandato, este não deveria ser um orçamento de continuidade, devia ser um orçamento de conclusão e esta seria a questão que nós gostaríamos de começar por chamar à atenção. Em segundo lugar, deveria ser um orçamento de conclusão por uma razão, é porque não podemos deixar de registar o facto de ter sido possível alcançar uma negociação em relação ao orçamento para 2020 e que desse acordo, no que diz respeito ao CDS, para além das transferências para as juntas, a única matéria que ficou cumprida foi a gratuitidade do transporte escolar para todos os ciclos do ensino, ou seja, até ao décimo-segundo ano. Quanto àquilo que foram as obras acordadas, aquilo que, infelizmente, este orçamento vem comprovar é que esta maioria é incapaz de executar as obras e, por isso mesmo, foi incapaz de cumprir os compromissos que assumiu com a oposição. Sabemos que os atrasos naquilo que eram as

obras que eram a própria prioridade da maioria não cumpriram, porque foram incapazes de o fazer, esperávamos, pelo menos, aquilo que tinham acordado com a oposição porque nós aprendemos que os acordos são para cumprir e é assim que as coisas se fazem, quando se combina uma coisa cumpre-se. Não podemos deixar de registar o facto de não ter cumprido. Aliás, os orçamentos não são bianuais, senhor presidente. Os orçamentos são anuais, os planos de atividade é que podem ser plurianuais e quando nós fizemos um acordo, foi um acordo para 2020, não foi para 2021 e não foi para prolongar aquilo que foi o nosso acordo de 2020 para 2021 e aí fica, também, a nossa censura porque o senhor presidente queixa-se que está com dificuldade em encontrar empreiteiros para executar as obras e que isto, aliás, não é um problema só de Sever. Eu sei, senhor presidente, que, infelizmente, muitas câmaras, muitas maiorias, aquilo que fazem é deixar as obras para o último ano do mandato e chama-se a isso eleitoralismo e é óbvio quando todas as câmaras têm eleições ao mesmo tempo e todas querem fazer as obras no último ano do mandato, por eleitoralismo, os empreiteiros não chegam para tudo. Mas, mais complicado ainda, e não posso deixar também de chamar à atenção, é a questão da transparência que nós temos criticado desde o início do mandato, é que continuamos a ter obras a cinco euros. Senhor presidente, que no início do mandato nos diga que não sabe muito bem quais são as obras que vai executar e, portanto, como tem candidaturas a programas e pode ter a rubrica aberta e isso lhe dá jeito, nós criticamos, mas ainda tem uma justificação. Agora, no último ano do mandato, ter obras que já foram prometidas incessantemente às populações ao longo de várias campanhas eleitorais com cinco euros é enganar as pessoas. É dizer que está a rubrica aberta, mas na realidade essa obra nunca irá ser feita porque com cinco euros é impossível executar. Se nem as obras que combinou com a oposição foi capaz de as fazer no espaço do ano que agora se aproxima do fim, quanto mais obra que apenas têm orçamentado cinco euros. Portanto, para o CDS, este orçamento é um orçamento que tem estas falhas que tem a ver com o passado, que tem a ver com os compromissos que não foram cumpridos, que tem a ver com a incapacidade de execução, que tem a ver com esta falta de transparência, mas também, nos preocupa aquilo que é a falta de estratégia. Não basta termos uma rubrica a dizer covid para nos tranquilizar, senhor presidente. Nós estamos preocupados, evidentemente, com a pandemia, com os efeitos que tem na economia local e na vida das pessoas e foi a oposição que conseguiu, aqui, na assembleia, apesar da Câmara não ter apresentado essa mesma proposta e até ter discordado, foi a oposição que conseguiu apoiar as famílias baixando o IRS e apoiar as empresas, principalmente, as micro e pequenas empresas, baixando a derrama e sobre o IRC. Apesar e tudo, eu acho que há aqui uma ideia de que é preciso apoiar as famílias, apoiar as empresas que nós sinalizámos e nós não sentimos isso como sendo uma prioridade deste orçamento. Não sentimos essa prioridade quando dizemos que é preciso apoiar as famílias e estimular o aumento da taxa de natalidade neste concelho e a fixação dos jovens, a criação de emprego. E sabemos que atravessamos uns tempos muito, muito difíceis para a manutenção do emprego e, confesso, que nos preocupa não vermos, do ponto de vista da estratégia, que deveria constar deste orçamento, essas prioridades refletidas no mesmo.----

Tony Martins – Senhor presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da mesa, renovo os votos de há pouco. No passado dia 04 de novembro, e dando cumprimento ao direito de estatuto de oposição, o executivo endereçou o convite ao PSD, mais concretamente ao vereador, líder de bancada e presidente da Comissão Política Concelhia, no sentido de prestar contributos e ouvir a nossa opinião sobre o orçamento municipal de 2021, o qual nos mereceu uma nota de reconhecimento e apreço, embora que apenas nos tenha sido facultado o mapa com as grandes opções do plano e mais nenhum outro documento, o que nos impossibilitou de obter uma visão global da estratégia para 2021. Desde sempre, o PSD tem demonstrado disponibilidade em colaborar com o executivo, apresentando ideias e propostas que visem o desenvolvimento do nosso concelho. Nessa reunião, o presidente começou por descrever este orçamento como um “*orçamento de continuidade*”. Ora, como todos sabemos, o mundo mudou. Esta mudança

exige de nós uma alteração e redefinição de estratégia e apenas esse motivo já seria suficiente para que a visão do executivo fosse repensada. Atendendo a que o orçamento é um documento previsional e tendo em conta essa mudança, o PSD apresentou um documento com os contributos que julgamos ir ao encontro desta nova realidade, promovendo uma visão mais humanizada e de preparação do futuro. Entre os diversos contributos, destacamos aqui, alguns dos mais importantes e que constam no documento entregue pessoalmente ao senhor presidente de Câmara. Criação de um fundo emergência municipal - Covid-19, onde se cabimentarão todos os apoios que se revelem prementes a dar à população sejam eles na área da saúde, no apoio social, de apoio a famílias carenciadas ou mesmo à indústria e a comércio local. Reforço da rubrica saúde, por meio de realização de protocolos com as IPSS de forma a assegurar um gabinete médico de apoio e consulta à População, especialmente a doentes não Covid-19, os quais se encontram descurados pelo SNS dado o combate à pandemia. Aumento das verbas disponibilizadas às IPSS. Criação de um gabinete de apoio que, em articulação com as IPSS já existentes, façam um levantamento das necessidades mais prementes no que toca ao apoio aos idosos e cidadãos com deficiência. Aumento para o dobro das verbas disponibilizadas às Juntas de Freguesia. Incluir nos protocolos com as Juntas de Freguesia (e conseqüente disponibilização de verbas) a análise laboratorial da água de todas as fontes e fontanários públicos, entretanto identificados, por forma a informar adequadamente os habitantes da qualidade da água. Estabelecimento de medidas concretas que promovam uma política pública de manutenção dos parques industriais existentes e promoção de novos parques industriais. Criação de uma “equipa” com o fim exclusivo da manutenção dos equipamentos municipais espalhados por todo o concelho (ecopista, percursos pedestres, monumentos megalíticos, etc.). Estabelecimento de incentivos à recuperação de património edificado em estado devoluto. Desenvolver uma estratégia de acessibilidades que permita que todas as pessoas de mobilidade reduzida se possam deslocar normalmente e livres de obstáculos. Identificação de áreas críticas no concelho, com estabelecimento de faixas de segurança e sua limpeza, contribuindo para a redução de incidência de incêndios, a um aumento da resistência do território aos incêndios florestais, assim como a uma melhoria da eficácia e gestão de incêndios com a construção de uma estrutura orgânica, funcional e eficaz. Desenvolvimento de uma estratégia municipal integrada de desporto, envolvendo todas as entidades, associações e atletas individuais, profissionais ou amadores. Apoio na participação de cidadãos severenses em eventos de âmbito nacional/internacional em todo o tipo de modalidades. Exigir junto da AdRA que sejam desenvolvidas as expansões das redes de saneamento e água no mais curto espaço de tempo, se necessário revendo o protocolo. Reforço da verba destinada à manutenção do parque escolar existente, por forma a colmatar as várias necessidades já identificadas por professores, pais e alunos, nomeadamente nas escolas esquecidas das freguesias que irão beneficiar do novo centro escolar. Reforço das verbas destinadas às atividades promovidas pelas escolas do concelho. Reparámos com desagrado, que o documento aqui apresentado, é rigorosamente o mesmo que nos foi facultado em 4 de novembro, sem qualquer tipo de revisão ou alteração, o que denota bem que a reunião serviu apenas para “cumprir calendário e obrigações legais” desconsiderando todo o trabalho, preocupações e contributos prestados. O documento apresentado, estabelece um valor de doze milhões para o ano de 2021, salientamos que para o executivo, a saúde tem um peso de apenas 0.72%, ou seja, cerca de € 70 000,00, por outras palavras, será o mesmo que dizer que não há estratégia no que respeita a saúde. O que respeita a educação, tem um peso do 3.60% do orçamento, mas, se analisarmos um pouco melhor, reparámos que 74% deste valor diz respeito ao transporte de crianças, sendo assim, concluímos que apenas 0.93% (menos de 1%) estão realmente alocados à educação e que há um esforço financeiro enorme no transporte dessas mesmas crianças. No que diz respeito à ação social, onde se inclui o apoio às IPSS, tem um peso de 2.16%, valor esse que em nossa opinião pode e deve ser melhorado. O reforço do apoio às freguesias tem sido por nós defendido desde sempre

visto que estas estão na 1ª linha no apoio ao cidadão comum, têm por isso um papel importante no serviço e bem-estar dos cidadãos. Tem um peso de 3.91%, valor esse que também na nossa opinião, pode e deve ser melhorado. No entanto, não é esse o caminho que este executivo entende seja o melhor para o concelho e insiste num “*Orçamento de Continuidade*”, só nos resta perguntar em qual continuidade? Continuidade de cativações? Ou continuidade de revisões orçamentais em que não se vislumbra qualquer tipo de rumo ou objetivo? Em conclusão, entendemos que este documento segue uma estratégia eleitoralista e que não teve em consideração a conjuntura atual e as reais necessidades do concelho e dos seus cidadãos. Pelos motivos aqui apresentados, o sentido de voto da nossa bancada será contra este orçamento.-----

Sérgio Soares – Boa tarde senhor presidente da Assembleia, minhas senhoras e meus senhores, senhores deputados municipais, senhor presidente e senhores vereadores. Começar pelas considerações iniciais de praxe. Havia um ex-presidente deste concelho que dizia que, quando se diz uma mentira deve ser dita com tanta convicção, mas com tanta convicção que até o próprio mentiroso tem que se acreditar nessa mentira. Eu tenho ouvido o senhor presidente da Câmara e tenho de dizer, aqui, até dá alguma piada, que admiro a forma como que o senhor defende os projetos do concelho. Ainda ontem à noite, já à hora adiantada da noite, admirei a convicção com que o senhor dizia que todos os projetos, na minha freguesia, iam ser todos terminados até maio ou junho, já nem me lembro o mês, que era para depois estar tudo descansadinho. Mais do que isso admiro, ainda, a preocupação em aprovar este orçamento, exatamente igual ao do ano passado, porque as obras de Couto de Esteves, pelo menos, e tenho conhecimento que das outras freguesias também, estão por fazer, portanto, o orçamento é igual e, em termos políticos, até nem há grande problema porque elas estão lá, é pegar no orçamento passado e dá para gerir igual. Politicamente, nem há assim grande preocupação, mas a sua convicção, que ainda queria mais obras e que ainda havia mais candidaturas, para o Vilarinho, por exemplo, extraordinário, senhor presidente. Eu admiro isso, é um elogio que tenho por si, senhor presidente, a forma como defende os interesses do concelho e das freguesias. Mas, hoje, deixe-me dizer-lhe que já achei mais moderada a forma como apresentou este orçamento e também dizer que tive o cuidado de, enquanto o fez, que os semblantes de muitos dos deputados aqui presentes, eram um bocadinho cabisbaixos e moderados e desconfiados. Não sei o que é que se passa, não sei porquê, alguma coisa se passará, mas também não é a mim que me cabe avaliar isso. Eu escrevi umas palavras sobre o tema, peço desculpa pelo entusiasmo. Vou-me reduzir, apenas, à primeira palavra que utilizou para caracterizar o orçamento – orçamento de continuidade. Pois, deixe-me dizer-lhe que para um orçamento de continuidade só pode haver um voto de continuidade. Sendo 2021 um ano de eleições, e atendendo ao contexto de uma sociedade apática e desalentada, reflexo de políticas medíocres, eu até poderia equacionar votar favoravelmente este orçamento. Mas tomar essa decisão, não seria mais do que um ato de covardia para com os severenses, principalmente para com os cidadãos da freguesia que represento nesta assembleia. Votar favoravelmente neste orçamento era dizer-lhes que não é preciso fazer. Era dizer-lhes que basta prometer. Votar favoravelmente neste orçamento, era dizer aos severenses que, o que este executivo prometeu, às várias freguesias, em 2017, e que não fez em três anos, vai fazer nos próximos nove meses. Tomar essa decisão seria um ato de irresponsabilidade, não só pelo incumprimento das propostas que este executivo, ao longo dos anos, apresenta aos severenses, mas também pela forma como tem embalado esta assembleia com alterações orçamentais que apenas servem as conveniências deste executivo deixando para segundo plano o desenvolvimento e confiança dos severenses. Vou-me abster de enumerar aquilo que está neste livrinho (livrinho das promessas eleitorais deste executivo de 2017) e que ainda não foi feito, até porque tem muitas páginas e eu iria demorar cerca de 20 minutos a ler tudo. Quero apenas dizer-vos que estes dois documentos (livrinho das promessas eleitorais de 2017 e orçamento para 2021) são genericamente e em termos de conteúdo muito semelhantes. A grande diferença que

existe entre eles é que: o que está no livrinho das promessas eleitorais de 2017 não foi feito em três anos e o que está no orçamento para 2021 este executivo compromete-se a fazer em nove meses.-----

António Dias – Obrigado senhor presidente. As autarquias devem resolver as prioridades correntes, tais como: educação, saúde (neste caso estamos a lidar com a Covid-10, portanto, mais um investimento adicional), entre outras. O que aqui temos é uma decisão que se reflete, muitas vezes, nas despesas de capital. Se repararem do último orçamento para este, houve uma redução. Todos sabemos que as despesas correntes, quer por força das atualizações salariais quer, muitas vezes, até por outros motivos, nomeadamente fornecimento de serviços externos, etc., a própria inflação, muitas vezes aumentam mesmo sem nós querermos. Neste caso, no orçamento 2021, ao contrário do que o senhor presidente disse há pouco, o valor das despesas correntes aumentam duzentos mil euros, portanto, passam de € 7 300 000,00 para € 7 500 000,00. Ao invés do que o senhor presidente disse, que tinha aumentado as despesas de capital, não senhor presidente, você baixou. Este ano tem € 4 500 000,00 e o ano passado tinha € 5 400 000,00, portanto, há aí um equívoco qualquer, agradeço que depois corrija. Analisando, mais uma vez, o orçamento para 2021 pode-se concluir que o de 2020 não foi minimamente executado. Já ouvi aqui os meus colegas e eu defendo o mesmo prisma. Neste momento, em termos das grandes opções do plano, como se pode constatar no documento, portanto, são praticamente as mesmas de 2020, o que me leva a pensar que nada foi feito. Analisando rubrica a rubrica, freguesia a freguesia, mais uma vez se pode constatar que foram cativadas despesas, ou seja, não foram feitas e que, possivelmente, vão ser executadas no próximo período eleitoral. Mais uma vez, eu pergunto aqui ao senhor presidente da Câmara, se calhar é mais fácil dizer o que é que foi executado do que não foi executado, foi quase tudo não executado. Mais uma vez aqui, aparecem aqui, neste orçamento, as rubricas dos cinco euros, que é dar uma mão cheia de nada, portanto, inscreve-se lá tudo com cinco euros e eu pergunto como é que a estrada da Macida é feita com cinco euros. Se calhar, nem para o papel que lá se gasta dá. Na reunião de 28 de fevereiro deste ano, foi aprovado o orçamento para 2020 com o reforço da despesa para as freguesias num montante de € 180 000,00. Foi, por mim, sugerido, foi aceite pelo senhor presidente e foi aprovado, aqui, em assembleia. Neste orçamento, uma vez que, pelo menos na freguesia de Talhadas, praticamente nada foi feito, promete-se e nada se cumpre, da minha parte, sugiro aqui que, para este orçamento eventualmente passar, para além da parte da proteção civil, como é óbvio, quero uma rubrica para a proteção civil para apoio às freguesias que assim o entenderem, pode haver aquelas que não queiram esse valor, mas a freguesia de Talhadas está cá para trabalhar em prol dos munícipes, portanto, está cá para o aplicar. Que este valor, de € 25 000,00, passe para € 50 000,00. É uma das propostas. Mais uma vez aqui se pode ver que há investimentos que estão atrasados vários anos. Ouço aqui falar e já mostraram aqui que são promessas feitas, se calhar, há vinte anos e continuam na mesma. Relativamente a Talhadas, houve uma reunião em que apenas foram discutidos os pequenos troços. Como disse um presidente de junta, eram exatamente as mesmas propostas do ano anterior. Para Talhadas foram apresentadas obras sobretudo suportadas, imaginem-se, o senhor presidente diz que são cento e tal mil euros, pois é, sessenta ou setenta e tal mil euros são do Conselho Diretivo da Silveira. As obras que vão ser executadas são no perímetro do Conselho Diretivo da Silveira. Quais são as obras que lá vão fazer que eu diga que a Câmara vai investir em todo o lado? Nesta reunião de preparação do orçamento o senhor presidente comunicou que, nos tais pequenos troços, estava a pavimentação de uma estrada de terra batida da Ereira para Vide onde quase ninguém passa. Há milhares de pessoas a passarem da E.N. 333, do cruzamento da chamada Roçadas até à Vide, necessita de alcatrão há muitos anos, já pedi aqui, e essa não consta e, pasme-se, uma estrada de terra batida que é um estradão florestal, está nos pequenos troços. Será que esta estrada é para o senhor vereador Raul Duarte arranjar um candidato à Junta de Freguesia de Talhadas? Não foi discutida mais nenhuma proposta,

pelo que, o que vale ter rubricas abertas com cinco anos sabendo-se que, à partida, não vão ser executadas? A maioria das obras que constam deste orçamento, para a freguesia de Talhadas, estão quase todas com cinco euros e eu gostaria de ver aqui plasmado, neste orçamento, uma obra que vá ser executada ou que vão fazer na freguesia de Talhadas durante o ano de 2021 com os cinco euros, só uma. Um orçamento, para mim, deve ser um plano financeiro estratégico que compreenda a previsão das receitas e das despesas que, neste caso, já se sabe, à partida, que não vai ser executado. Senhor presidente, este vai ser um ano de eleições e, como dizia o meu colega há bocado, da Junta de Freguesia de Couto de Esteves, se calhar nestes nove ou dez meses vão fazer as obras todas.-----

Sónia Correia – Boa tarde, excelentíssimo presidente da Assembleia Municipal e restante mesa, excelentíssimo presidente da Câmara Municipal e seus vereadores, presidentes de Junta, deputados municipais, senhoras e senhores. Esta é uma proposta de orçamento municipal equilibrada, elaborada com cautelas na previsão do próximo ano económico porque, como todos sabemos, fruto das paralisações a que a propagação da doença Covid-19 obrigou, o país e o mundo atravessa um período de enorme fragilidade a diversos níveis ao qual o concelho e as suas gentes, infelizmente, também não escaparão e, por isso, é necessário priorizar as áreas de atuação. As receitas de capital a receber de transferências do atual quadro comunitário não têm os valores desejáveis o que, naturalmente, condiciona o investimento. Investimento esse de que o município em muito beneficia para construir, edificar e requalificar espaços. Quando progressivamente baixamos os impostos, isentamos aquilo que seriam fontes de receita, enquanto que, ao mesmo tempo, reivindicamos por mais atividades, infraestruturas, apoios, que todos eles representam maior despesa, é certo que, do ponto de vista de gestão económica será impraticável. Se queremos mais despesa em certas áreas tem de haver receita. Não quero, com isto, dizer, porém, que se deve descuidar, manter um nível de investimento interessante, muito pelo contrário. É imperativo, mais do que nunca, assegurar um maior equilíbrio social, caminhando lado a lado com as pessoas e, por isso, o executivo deve trabalhar como tem feito até aqui, e muito bem, no sentido de captar o maior número de recursos financeiros nos diversos programas submetendo candidaturas. Por fim, queria deixar uma nota de reconhecimento à Juventude Socialista na pessoa da sua presidente, aqui presente, que, aquando da elaboração do orçamento, submeteu ao executivo, em sinergia com a bancada do PS, um conjunto de linhas de orientação geral da política municipal para a juventude pensadas por jovens severenses e para os jovens severenses porque eles são o futuro e é por eles que devemos hoje trabalhar por um concelho ainda melhor e mais atrativo. Nesse sentido, é com muito agrado que a bancada do PS registou a abertura do executivo para que algumas das muitas propostas apresentadas fossem incluídas já neste orçamento, como é o caso da criação da Assembleia de Jovens no sentido de promover a participação ativa dos jovens nas políticas municipais dando-lhes voz. A criação da agenda jovem e do cartão jovem severense que permitirá aos jovens vantagens no acesso e utilização de instalações, atividades culturais, transportes, entre outros. A criação de um skatepark e um campo de padel, o alargamento do wi-fi municipal às freguesias para que nenhum jovem fique desconetado. O apoio direto ao empreendimento turístico auxiliando-os a alcançar os seus sonhos e ambições, especialmente a reabilitação de antigos edifícios municipais e a conversão dos mesmos em resposta à habitação praticando rendas baixas. Sem dúvida que o orçamento municipal, os jovens severenses e o futuro do município ficarão a ganhar. Para terminar, sublinhar, também, a inclusão de uma rubrica específica à covid no orçamento destinada a suprimir todas as necessidades que a doença venha a impor no nosso município.-----

Presidente da Câmara Municipal – Sobre a intervenção de António Monteiro, quero dizer que é, exatamente, um orçamento de continuidade e, como disse, os planos são plurianuais e este plano também é plurianual. Volto a insistir com isso. Seria ir contra os nossos princípios alterarmos radicalmente aquilo que era o início do mandato e as propostas deste mandato. É certo que não as vamos conseguir cumprir todas, mas grande

parte delas acredito e é com estes orçamentos e estes planos contínuos e de continuidade que se dá resposta a isso, acolhendo, mesmo assim, grande parte das propostas que foram colocadas pelos vários partidos e vou ser um pouco exaustivo porque vou elencar, aqui, algumas daquelas coisas que os senhores presidentes de junta não veem, mas que estão lá. não sei para onde é que elas foram. Mas, dizer a António Monteiro que, efetivamente, daquilo que o ano passado chegámos a acordo, e que eram as obras prioritárias, nós temos, neste momento, adjudicada a estrada de Silva Escura a Dornelas, que era uma das que estavam lá, e entregue para iniciar os trabalhos, já tem contrato, já tem auto de consignação e iniciarão trabalhos penso que na próxima semana. É o que me disse o empreiteiro que possivelmente já vai meter máquinas para lá. A estrada da Arrôta está adjudicada e para iniciar. Pequenos Troços IV que já falei aqui e com várias intervenções e como disse há pouco, ainda só tinham feito intervenções em três freguesias, Pessegueiro, Rocas e Couto de Esteves. Lá chegarão a Talhadas, elas estão aqui e são muitas. Zona de fruição de Couto de Esteves teve o problema que teve, está em concurso novamente. Para o senhor presidente da Junta, volto a insistir que acredito e não posso garantir-lhe firmemente, mas que acredito que a obra vai ser realizada integralmente nos prazos que lhe falei. Vinha Dónega, está em concurso, também acredito que esta obra seja feita em prazos relativamente curtos. Porto Carro está em andamento. Porto Carro de Cedrim está em andamento. Cemitério de Cedrim está adjudicada e com contrato já feito para começar brevemente. Zonas industriais, temos aqui duas plasmadas, uma em candidatura, que é a ampliação da zona industrial dos Padrões e a outra de Talhadas que tem aquela proposta e que, como já disse aqui dezenas de vezes, passa por aqueles procedimentos todos até ser aprovada, mas está a ser trabalhada. Natalidade, emprego, mas efetivamente já foram feitas as reduções de impostos sistemáticas ao longo dos quatro anos, não foi este ano. Temos vindo a reduzir sistematicamente, ao longo dos quatro anos, os impostos municipais e apostamos neste novo orçamento, respondendo também aqui ao PSD e às propostas deles, temos aqui proposto o aumento dos apoios à natalidade, o reforço da criação de emprego nas zonas industriais e, também, no Vougapark, volto a insistir com isso. Nós temos dentro da nossa área empresarial 38 empresas sediadas. Apresentámos, há dias, o relatório à Câmara Municipal, ou seja, está praticamente cheio de empresas que constituem, só por si, uma grande empresa. Através das empresas da Vougapark, fatura-se atualmente cerca de seis milhões e emprega 151 pessoas. Isso está aí tudo plasmado. Não sei se Tony Martins leu o texto atual que foi com as alterações, mas penso que é esse que leu. Até tenho aqui algumas notas de cor para ver o que foi integrado aqui, portanto, posso dizer-lhe que, das propostas que apresentaram, *“existência em todas as freguesias de habitações degradadas para transformá-las”*, está tudo isto na estratégia de habitação que irá agora às medidas de apoio quando estiver concluída a estratégia de habitação, mas que plasma, nessa estratégia, todas estas intervenções de escolas desativadas. Tudo isso foi aqui para a estratégia para transformar em habitação social. Por aqui fora, posso-lhe dizer que *“criação fundo covid”* está lá, *“reforço da rubrica saúde”* na saúde, hoje vamos votar a não aceitação da competência da saúde, portanto, aquilo que nós refletimos neste orçamento, ainda, partindo do princípio, que a saúde ainda não é competência nossa e o que está lá são verbas mais pequenas são para essas coisas mais imediatas contando que a saúde venha a ser transferida para nós com as dotações normais daquilo que é necessário. Se ainda não a aceitámos foi precisamente por isso. *“aumento do dobro de verbas disponibilizadas às juntas de freguesia”*, disse-lhe que isto era incomportável para o dobro, de qualquer maneira, fizemos o aumento primeiro para o investimento e estamos a considerar, como disse, e refletimos no orçamento, aumentos e ajustamentos na área da limpeza de valetas reforçando essas verbas para as juntas de freguesia. *“Aumento de verbas disponibilizadas às IPSS”*, já o fizemos este ano e temos lá previsto novamente mais reforço de apoio às IPSS. *“Continuação da estratégia da redução da participação variável”*, também se fez, portanto, já está refletido neste orçamento. *“Criação de uma rede de transportes”*, temos uma rede de transportes que está sendo ajustada e que penso

que ficará ainda melhor quando tivermos a rede intermunicipal que trará vantagens principalmente para Sever do Vouga com o alargamento de carreiras. *“Estabelecimento de medidas concretas para a manutenção de parques industriais”* e tudo isso, criámos uma rubrica também para termos uma equipa de manutenção e de verificação e já estamos a fazê-lo em alguns casos. *“Assegurar a recolha de contrato imediato de animais errantes”*, é um problema complicado que temos, o qual só será resolvido, a cem por cento, com a criação dos centros de recolha animal que estão em concurso na CIRA e também esses já foram a concurso e faltaram empreiteiros para concorrerem às obras, foram lançados três centros de recolha, que estão pela segunda vez em concurso, porque ficaram desertos. *“Desenvolver estratégias de acessibilidades para mobilidade reduzida”*, temos um plano de mobilidade que está a ser verificado, tal como os outros que eu falei já aqui, e monitorizado para ajustar aquilo que ainda falta fazer, portanto, o plano previa montes de intervenções que já se fizeram, nomeadamente de acessibilidades dentro de edifícios, de rebaixamento de passeios, atravessamento de passadeiras, tudo isso está a ser também verificado e vai-se fazendo aos poucos, não se executa um plano desses num ano, vão-se fazendo esses pormenores, também isso está refletido aí. *“Aposta integrada no turismo”*, toda ela vai ser refletida no plano estratégico do turismo que temos aí para fazer. *“Criação da assembleia de crianças”*, está lá. *“Limpeza contribuindo para a redução de incidência de incêndios”*, está uma dotação no orçamento para continuarmos a limpeza das faixas de gestão de combustível. *“Apoio à participação de cidadãos severenses em eventos de âmbito nacional”*, já o fazemos, sempre que alguém recorre à Câmara Municipal tem esse apoio para participação em eventos nacionais ou internacionais. *“As necessidades identificadas dos professores, pais...”*, isto é uma situação normal. Das escolas esquecidas, umas escolas desativadas têm sido cedidas a associações para a promoção de atividades dessas associações ou incluídas no plano estratégico de habitação onde estão grande parte delas para transformar. *“Criação de um gabinete em articulação com as IPSS para o levantamento de necessidades prementes no que toca a apoios a cidadãos com deficiência”*, temos essa área na Câmara a funcionar. *“Estabelecimento de horários de recolha”*, há aqui uma situação que tem a ver com os circuitos dos resíduos sólidos, não temos isso aí até porque estamos num processo de adjudicação em conjunto com outros três municípios (Águeda, Estarreja e Murto) e tudo isso será regulamentado aquando da transferência deste serviço para a empresa que virá a ganhar o concurso, que já houve um primeiro concurso que ficou vazio e está em fase outro concurso de adjudicação e também está no orçamento a indicação disso. *“Coordenação de um projeto intermunicipal de identificação dos poluentes ao nível do ambiente”*, esta é uma proposta, é um projeto intermunicipal, é uma proposta que eu colhi aqui para nós transmitirmos isso no seio da CIRA uma vez que o rio é de vários concelhos. Portanto, como vê aqui, em relação às notas do PSD, grande parte das vossas propostas estão aqui plasmadas no orçamento ou refletidas de outra forma com a intenção de aumentar, que é o caso dos apoios à natalidade que são para reajustar novamente, porque tem de se alterar o regulamento, como é óbvio. Alguns desses apoios têm regulamentos próprios e têm de ser alterados, portanto, a perspectiva é que eles venham a ser alterados. Relativamente à intervenção do presidente da junta de Couto de Esteves, eu tenho fé naquilo que eu lhe disse ontem e que lhe tenho dito e acredito que qualquer daqueles projetos que estão para lá que irão ser concluídos, não tenho grandes dúvidas quanto a isso. Relativamente àquelas questões de António Dias, só nesta empreitada dos pequenos troços, o senhor tem a Rua da Cera, Travessa de Santa Maria até ao Largo de Santa Maria, Rua da Vela, Rua da Cabeçada, Rua da Agôta, E.N. 333 depressões e corte de curvas, Caminho de Ereira à Vide, Rua da Capela na Vide, Rua das Figueirinhas, Rua do Infestinho e Rua da Tapada à Póvoa. Todas estas estão adjudicadas para serem feitas. Não estão aqui aquelas que vão integrar a nova empreitada. Aproveitava para dizer, também, aos outros presidentes de junta, só destas pequenas obras, quando se diz que não veem as obras e que não as fazemos, pois elas não desapareceram de lá, elas estão lá umas já feitas e outras para fazer, como é o caso de Pessegueiro, por

exemplo. Talhadas, é a freguesia com maior número de obras nesta empreitada. Relativamente à intervenção de Sónia Correia, pretendia dizer-lhe, mais uma vez, que a questão da habitação está prevista na estratégia municipal de habitação, portanto, todas aquelas, para além daquilo que é um investimento contínuo na renovação e melhoria da habitação degradada, que já vamos fazendo de há uns anos para cá, quer através do programa Just a Change, quer através do programa próprio do município e de protocolos com associações em que temos desenvolvido a valorização de habitação ao longo de sete anos pelo menos em várias freguesias com a recuperação de habitações bastantes degradadas, portanto, para além dessas temos previstas intervenções na criação de novas habitações na estratégia de habitação. Falou aqui nos programas comunitários. Nós temos que ir aos programas comunitários porque é objetivo nosso ir buscar dinheiro de fora, pois tendo nós um orçamento pequeno, sem grandes receitas próprias, com diminuição de receitas em taxas e impostos, é evidente que temos de procurar, ir buscá-lo através de candidaturas e, muitas vezes, isso faz com que as coisas não andem quando nós queremos. Muitas destas obras esperam-se que as candidaturas sejam aprovadas e vão demorando até chegar a altura de ela surgir. Por muito que reclamem que estão aqui muitas obras estão com zero a cinco euros, pois estão porque não era possível nunca fazer isto tudo. Elas estão aqui, volto a dizer isto, por uma questão de oportunidade e os senhores têm visto, ao longo dos anos, que algumas delas que começaram com zero já estão feitas hoje, portanto, é uma vantagem o orçamento contemplar isso precisamente pela maturidade que se pode apresentar. Quando se fazem candidaturas, uma das coisas que nos perguntam logo é qual é a maturidade da intenção ou do objetivo e se dissermos que temos isso em plano e em orçamento isso já conta para a maturidade e para que a candidatura seja mais valorizada em relação a outras. Continuo a pensar que é boa estratégia da nossa parte, aliás, é uma estratégia que os outros também já a utilizam hoje, nos municípios vizinhos.-----

Tony Martins – Renovo os cumprimentos de há momentos. É só para clarificar algumas situações que aqui foram explanadas e alerta para uma situação. Foi aqui falado em relação a não haver dinheiro. Alerto que, na demonstração do fluxo de caixa de 2020, haverá uma transição de € 5 400 000,00 para o ano de 2021 e seguintes, logo não é problema monetário. Assim como têm transitado sempre valores de saldo de gerência. Relembro que, no ano passado, foi € 1 900 000,00, ou seja, temos assistido sucessivamente, todos os anos, a uma transição de saldo de gerência simplesmente porque o dinheiro não é aplicado. As obras não são feitas, há cativações, o dinheiro transita para o ano seguinte, ou seja, tudo isto porque as obras não são feitas durante o ano que está previsto fazerem e transitam para o ano seguinte. Temos assistido, também, agora neste orçamento é muito claro, a uma política de betão e alcatrão e que não houve qualquer alteração na estratégia. Neste caso, o senhor presidente afirmou e reafirmou várias vezes que é um orçamento de continuidade. Relembro, também, que aqui foi falado que o Vougapark é uma empresa. O Vougapark não é uma empresa e, que eu saiba, não tem 150 pessoas a trabalhar. Pergunto, aqui, se o senhor presidente acredita mesmo neste orçamento e se tem a certeza que vai mesmo cumprir este orçamento porque está provado que não acreditamos muito nessas palavras.-----

Presidente da Câmara Municipal – Acredito, se não acreditasse não apresentaria aí, como é óbvio. E acabei de falar nisso, até dirigido ao senhor presidente da junta de Couto de Esteves que acredito que aquilo que nós temos aqui como prioritário, vai ser concretizado. As transferências de saldo servem exatamente para isso, para cabimentar muitas das que estão com zero, mas o saldo só se transfere no final do ano com base nos fluxos de caixa e na conta de gerência. Também com as entradas de verbas que faltam transferir de muitas dessas participações, portanto, quando elas vierem, vão entrar como saldo, como é óbvio. Nós não as podemos pôr lá enquanto não as temos. É óbvio que esse saldo uns anos é maior uns anos é menor tendo em conta todas essas situações e o saldo, muito dele, vai estar dirigido a algumas dessas obras para reforçar o cabimento

naquelas que vão transferir para o ano que vem. O outro é para acrescentar nessas tais, algumas delas que depois serão opção de as enquadrar quando têm agora zero ou cinco.----

António Monteiro – Senhor presidente, uma nota muito rápida porque merece ser feita esta correção àquilo que o senhor presidente da Câmara acabou de dizer relativamente ao saldo de gerência. O saldo de gerência resulta da incapacidade de execução do ano anterior. O que sucede, senhor presidente, é que o saldo de gerência não é incorporado a 31 de dezembro. O saldo de gerência é incorporado a partir do momento em que é feita a revisão orçamental que, em regra, é, pelo menos, maio, o que significa que esse saldo de gerência, do ponto de vista orçamental, não tem, naquilo que diz respeito a um orçamento de ano eleitoral, tempo para ser executado e a experiência que nós temos dos anos anteriores é que o senhor presidente da Câmara acaba por não o conseguir executar também. Eu chamaria a atenção que, neste caso, no ano de 2021, uma vez que não faz a incorporação a 31 de dezembro, é óbvio que não pode estar a fazer a afirmação que faz porque mesmo com as alterações que possam ser feitas resultado da pandemia, não é possível fazer a afirmação como o senhor presidente da Câmara estava a fazer e é evidente que o saldo resulta da incapacidade de executar desta Câmara.-----

Presidente da Câmara Municipal – Só para dizer que eu não disse que o saldo ia ser incluído em dezembro. O saldo é sempre incluído com nota ao fecho de contas de dezembro, mas este ano há possibilidade de ele ser incluído em janeiro, ao contrário do que era antes com as contas de gerência aprovadas em abril, portanto, há a possibilidade de o saldo de gerência ser incluído a seguir, ao início do ano. Está na lei.-----

Paula Coutinho – Reitero os cumprimentos de há bocado. Não posso deixar passar em branco quando o senhor presidente da Câmara tenta dizer e enganar aqui os senhores deputados e todos os vereadores aqui presentes.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Paula Coutinho, acho que somos gente civilizada e elevada, não usem esses termos, não gosto e acho que não fica bem.-----

Paula Coutinho – Não estou a desrespeitar ninguém, eu estou a constatar factos.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Está a dizer que está alguém a tentar enganar, que é mentiroso, acho que são termos que não deviam ser utilizados.-----

Paula Coutinho – Eu estou a dizer que o senhor presidente disse que todas as propostas que o PSD elencou que estavam ali refletidas e eu venho dizer que não estão refletidas. Nós analisámos, e muito bem, o documento, fizemos propostas concretas e não estão refletidas neste documento que foi apresentado hoje em assembleia municipal. Quer isto dizer que nada garante que este orçamento, que foi hoje apresentado, seja cumprido e a prova disso é o que aconteceu nos três orçamentos anteriores, 2017, 2018, 2019. E mais digo. O senhor presidente disse, aqui, nesta assembleia, que a Câmara Municipal de Sever do Vouga tem um orçamento reduzido. Como é que tem um orçamento reduzido e, ainda assim, tem a capacidade de transferir para o ano seguinte cerca de € 5 400 000,00? Isto é falta de responsabilidade, é falta de execução. Queira Deus que não tenhamos problemas na próxima prestação de contas e que não tenhamos a necessidade de cumprir a Lei n.º 73 por causa desta inatividade. O senhor presidente disse, e refiro, que isto é um orçamento de continuidade e o que nos leva a crer é que é continuidade do empurrar com a barriga. O senhor presidente tem condições de garantir que vai executar tudo o que aí está definido?--

Presidente da Câmara Municipal – É a segunda vez que a senhora me chama de mentiroso. O português tem muitas formas de o chamar, não é preciso dizê-lo de caras. Eu não disse aqui que estava tudo refletido no orçamento. Eu disse que grande parte das suas propostas estão aqui e elenquei todas as que estão. De uma maneira ou de outra, estão porque os senhores, de objetivo, na vossa proposta, apenas têm uma que diz “reforçar para o dobro os apoios às freguesias”. Essa é objetiva e quantificável. Nenhuma das outras é objetiva, por isso elas estão refletidas no orçamento da mesma forma. Também não estão lá quantificadas, quanto é que é o reforço. Mas eu quantifiquei aqui aquelas que os senhores nos apresentaram e que nós contemplámos no orçamento. Não vou estar a dizer todas outra vez, foram muitas.-----

Colocado este ponto à votação, o órgão deliberativo reprovou o orçamento municipal para o ano de 2021.-----

Treze votos a favor – Alexandre Machado, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, David Alves, Iolanda Matos, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Renata Marques e Sónia Correia.-----

Catorze votos contra – Ana Tavares, António Monteiro, António Dias, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

Uma abstenção – António Cruz.-----

1.4 Mapa de Pessoal 2021: - Dando cumprimento às disposições contidas no artigo 28º e seguintes da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprovou a “Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas”, foi elaborado o Mapa de Pessoal do Município para vigorar a partir de 1 de janeiro de 2021.-----

Antes de ser colocado o documento à votação, o presidente da Assembleia Municipal abriu um período para intervenções.-----

Paulo Lourenço – Mais uma vez reitero os votos de há bocado para todos. Mais um mapa de pessoal. Esperamos que, desta vez, contemple mais funcionários externos para completar as necessidades e de funcionários externos vou-me dirigir aos nomes antigos - jardineiros, cantoneiros, pedreiros e outros. Esses é que são necessários, neste momento, e vê-se visivelmente nas nossas ruas. Um exemplo disso é o Ecocentro que, desde a sua abertura continua sem um único funcionário. Este é um dos pontos essenciais. Também, por outro lado, já sei que vão responder que os candidatos não aparecem, mas também se tentarem remunerar um pouco melhor, e é possível fazê-lo, não vos vou ensinar nada, mas vou dar-vos uma ideia – cartões de refeição. Em vez dos miseráveis quatro euros e uns centimos, que não dá para ninguém almoçar, cartões de refeição dão para pagar sete euros limpos.-----

António Monteiro – Muito obrigado senhor presidente da mesa. Senhor presidente da Câmara, como tivemos ocasião de discutir quando o senhor apresentou este mapa de pessoal originalmente, nós tivemos a ocasião de descrever o que é este mapa de pessoal. É um mapa de pessoal em que há mais chefes do que índios e tivemos ocasião de censurar esta lógica de gestão por parte da Câmara, por parte do senhor presidente. Tivemos ocasião de fazer essa mesma discussão e sendo este mapa de pessoal a continuação, tal como era o orçamento, ainda há pouco, é óbvio que nós fazemos a nossa maior censura à manutenção desta mesma estratégia. Tanto mais que, como se vê, naquilo que é fundamental, que é operacional, nós não vemos qualquer tipo de mexida, de melhor atividade de contratações, aquilo que nós vemos é uma lógica centrada em si própria por parte desta Câmara que procura, desta forma, criar o maior número de chefias possível para poder fazer a distribuição das remunerações por quem entende que tem que premiar com essa mesma chefia. E isto não é, no nosso entender, forma de gerir uma Câmara. Por isso mesmo, fica a nossa profunda discordância porque, além do mais, percebemos, também, aqui, aquilo que podem ser indícios de alguma discricionariedade na forma como são tratadas estas questões e estas nomeações para estes cargos que, conforme tivemos ocasião de escrever, são muitos chefes, mas poucos índios.-----

Presidente da Câmara Municipal – Acho que o membro António Monteiro confundiu tudo. Confundiu o mapa de pessoal que aqui temos. O senhor foi apresentar o organograma que aprovámos aqui há um tempo, não é disso que se trata. Não é a mesma coisa. O que está aqui é o mapa de pessoal apresentado aqui a esta assembleia e vou dizer-lhe o que é que diz o mapa de pessoal. Diz que isto é para repor determinados lugares que foram embora por aposentação ou por mobilidade e são: Técnico Superior de SIG, mobilidade, é para repor este lugar; Técnico Superior Biblioteca, ingresso noutra entidade, foi embora por mobilidade; Técnico Superior Florestal, cessação do contrato; Fiscal Municipal, foi embora por mobilidade, é para repor o lugar; Assistente Operacional do Serviço de Obras, por aposentação; Assistente Operacional do Cemitério, por falecimento.

Estes são para repor os lugares de gente que foi embora e, depois, é para reforçar as tais equipas de que falou aqui Paulo Lourenço, nomeadamente nos assistentes operacionais onde está prevista a admissão de mais seis operacionais, um motorista e cinco cantoneiros, um assistente operacional com despacho de início de contrato está já a decorrer, portanto é para uma vaga que estava lá e que, entretanto, abrimos procedimento e está a decorrer, para colmatar essa vaga.-----

Depois de concluídas as intervenções e das respostas dadas pelo presidente da Câmara Municipal, foi o Mapa de Pessoal colocado à votação.-----

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, a Assembleia Municipal aprovou, por maioria, o Mapa de Pessoal para 2021, com o seguinte resultado.-----

Treze votos a favor – Alexandre Machado, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, David Alves, Iolanda Matos, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Renata Marques e Sónia Correia.-----

Seis votos contra – Ana Tavares, António Monteiro, António Dias, Edite Rodrigues, Pedro Mendes e Sérgio Silva.-----

Nove abstenções – António Cruz, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, Diana Paiva, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço e Tony Martins.-----

1.5 Agim – Saída do Município: - Foi presente uma proposta da Câmara Municipal para a saída do Município e do seu Presidente da Agim.-----

Foi aberto, pelo presidente da Assembleia Municipal, um período de intervenção.-----

António Monteiro – Muito obrigado senhor presidente da mesa. Senhor presidente da Câmara, eu lamento ter que vir aqui, novamente, discutir este tema, tanto mais que o senhor presidente da Câmara teimosamente insiste em violar a lei. E insiste em violar a lei porquê? Eu tive ocasião de chamar à atenção o senhor presidente que, estando nós preocupados com a situação da Agim, há algo que se está a passar e que é muito grave e que o senhor presidente insiste em fazer. O senhor presidente, para todos os efeitos, é presidente da Agim. O senhor presidente está impedido de participar na discussão e votação desta proposta na reunião de Câmara e está igualmente impedido de participar na discussão aqui na Assembleia Municipal. O senhor presidente deveria ter tido o cuidado de, na reunião de Câmara se ter feito substituir ou, pelo menos, não estar presente na reunião quando esta matéria era discutida, e do mesmo modo que, aqui, não deveria sequer ter apresentado a proposta porque é ilegal o que o senhor presidente da Câmara está a fazer e o Código do Procedimento Administrativo é categórico. Se quisermos ir por outras legislações já nem vou porque é mais desagradável estarmos a falar sobre outro ponto de vista. Para além disso, quando nós vemos aquilo que são os documentos que nos são fornecidos, eles não correspondem ao que nós pedimos. Nós pedimos as contas da Agim. Aquilo que nos é fornecido é uma folha manuscrita dizendo que houve uma Assembleia Geral a aprovar as contas da Agim. Onde é que estão as contas? Há uma certificação legal dessas contas? Onde estão esses documentos? Porque é que não são fornecidos à assembleia? O que é que os senhores estão a esconder? Qual é o valor do passivo? Essa era a matéria mais importante de todas para nós avaliarmos o que é que significa este prejuízo e o facto de os senhores terem levado a Agim à falência e agora virem para aqui pedir à Assembleia Municipal que salve aquilo que os senhores destruíram e essa é a explicação que nós precisamos. Mais, eu estou convencido que a solução que os senhores estão a desenhar, e na qual o senhor presidente da Câmara está impedido de participar e insiste em participar, é duvidosa. Tenho as maiores dúvidas que seja a melhor solução. Mas, tenho também uma pergunta para fazer ao senhor presidente da Câmara. Qual é a situação de endividamento da Agim? Esse endividamento está devidamente refletido? Em que medida? Chego-me aos ouvidos, parece-me que isso foi dito numa reunião de Câmara, que haveria garantias pessoais em relação a este endividamento. Quem é que autorizou o endividamento? É que, esta é uma associação em que a Câmara tem poder dominante. Qualquer endividamento tinha que ser autorizado na reunião de Câmara. Teria

que vir essa informação à Assembleia Municipal, também. Onde é que essa informação está? Quem é que autorizou? Quem é que deu garantias pessoais, se é verdade que há garantias pessoais. E, agora, a solução que querem apresentar continua nesta opacidade e o senhor presidente da Câmara insiste em participar numa discussão em que está a inquiná-la juridicamente. Porque é que não deixou o senhor Vice-presidente apresentar? Pelo menos não inquinava isto na Assembleia Municipal. Neste momento está inquinada, o senhor não pode participar nesta discussão e virá aqui, depois, o meu colega de bancada, Pedro Mendes, falar um pouco sobre aquilo que é um outro aspeto do negócio que é a valorização da marca. Ele é especialista nesta área, é professor na faculdade, é, aliás, reitor numa faculdade que trata exatamente destas matérias. Mas vira aqui, também, com um conjunto de questões que eu acho que são importantes que sejam esclarecidas.-----

Diana Paiva – Renovo os cumprimentos de há pouco. Estamos pela terceira vez a deliberar sobre este ponto, e, será que à terceira vez é de vez. O PSD, conforme já aqui o dissemos, pretende clareza e transparência nos pontos que nos são trazidos à discussão e que se fale com verdade. A Agim é uma associação com muito valor e tinha uma credibilidade no país no que aos pequenos frutos dizia respeito. Até ao ano de 2013, Sever do Vouga era visitada por muitos portugueses, tendo nesse ano atingido, o seu pico máximo com dezenas de milhares de pessoas virem a Sever do Vouga, em busca de um tesouro escondido. Ao contrário do que muitos disseram, não procuravam um fruto pequenino e azul, conhecido por mirtilo, mas antes o conhecimento de décadas que alguns produtores da região haviam acumulado ao longo da sua produção. Nessa altura éramos visitados, com muita regularidade, por turistas que enchiam os nossos alojamentos, e buscavam os segredos deste pequeno fruto e Sever do Vouga, a Capital do Mirtilo, era falada de norte a sul do país, como um caso de sucesso. A Agim, que havia deixado de ser a associação para a gestão, inovação e modernização do centro urbano de Sever do Vouga, tinha-se tornado na associação de referência dos pequenos frutos e era respeitada em todo o país. A Agim, juntamente com os produtores de mirtilo, contribuiu muito para colocar Sever do Vouga, na boca do mundo. O novíssimo campo experimental e os protocolos celebrados com as entidades ligadas à investigação, em especial o INIAV, apresentavam-se como “game-changers” neste sector. Os viveiros mundiais faziam fila para fornecer plantas para o campo experimental que se apresentava como um projeto único no país. Afinal naqueles 6000m², iam-se experimentar novas formas de produção, diferentes variedades e formas de conservação. Sever do Vouga estava no mapa mundial. 7 anos se passaram. Nestes sete anos o que mudou? O que mudou, foi a sua presidência, senhor presidente. Vossa excelência tomou posse e, por inerência, tomou posse como presidente da Agim. O problema é que o senhor presidente, nessa sua dupla função, nunca foi capaz de perceber o papel da Agim na capitalização do sector agrícola de Sever do Vouga. Vossa excelência nunca teve uma estratégia para Agim, talvez nunca tenha tido vontade de a ter, era mais um aborrecimento que ali estava para decidir de vez em quando e, claro está, tudo começa a ruir e o trabalho de dezenas ou centenas de pessoas vai por água abaixo. O que tem valido a Sever do Vouga é o incessante trabalho de produtores individuais, de produtores agregados e de várias empresas que se estabeleceram, assim como ao muito trabalho válido das pessoas que ainda trabalham na Agim. Os senhores funcionários da Agim têm sido uma mais valia para a mesma ter trabalho produzido, eventos realizados, mas, claro está, quando nem a direção tem uma estratégia, um rumo para esta associação, o que podem fazer os seus funcionários, não são eles que a dirigem, ficam à deriva. Há dinheiro do município entregue à Agim pela realização da Feira do Mirtilo cerca de € 19 800,00, este ano. Um evento que não se realizou. Mas não se realizou porque o senhor não quis. Nos moldes tradicionais não era possível, mas havia que reinventar essa celebração, sendo que já estava pago, afinal para que foi o dinheiro. O senhor presidente não tem estratégia para o desenvolvimento de Sever do Vouga no setor agrícola, nem mesmo do turismo onde a Agim também trabalha, e sequer no comércio. Não há dinheiro para estes sectores mas, conforme foi possível perceber pelos documentos

entregues em reunião de Câmara, há para contratar consultoras e gastar € 35 000,00 para definir um plano estratégico de turismo, quando, se calhar, até tem prata da casa que o sabe fazer a melhor preços, conforme já referido por um colega de bancada. Muitos dos pontos turísticos do concelho, estão ao abandono, o comércio local foi por si abandonado, mas há € 35 000,00 + IVA para pagar a uma consultora. Realmente, senhor presidente, não faz sentido uma Câmara sem estratégia continuar na Agim. Prova disso é que enquanto o senhor não era o seu presidente, a Agim tinha um bom rumo e atividade profícua. E, hoje, até os seus associados concordam com a sua saída. Já nem os associados da Agim, o querem para presidente, e a pressa é tanta que até nos enviam uma minuta de ata sem listas de presenças. Que fique claro, senhor presidente, o PSD não tem nada contra a Agim, mas sim com a sua gestão da mesma, e tudo quanto possa correr de menos bem à Agim no futuro só a si se deverá. O PSD entende que nesta altura será mesmo melhor a Agim não o ter como presidente, por isso, vamo-nos abster neste ponto e ter esperança que melhores dias venham à Agim.-----

Pedro Mendes – Muito obrigado, senhor presidente da mesa, restantes membros, senhor presidente da Câmara, senhora vereadora, senhores vereadores, senhoras deputadas, senhores deputados, restante público. Eu venho falar-vos sobre o documento que nos foi feito chegar sobre a questão da marca. Deixem-me, antes de mais, dizer-vos que não seria necessário ser muito especialista nesta área para, no fundo, dizer-vos que aquilo que eu tinha vontade era de ler este documento todo. Manifestamente, na capa temos uma avaliação técnica das marcas Feira do Mirtilo, Feira Nacional do Mirtilo e Sever do Vouga - Capital do Mirtilo. Inicialmente, tive o cuidado de verificar o método que foi utilizado para avaliar a marca. Uma marca tem uma grande componente intangível. Reconheço que o processo de avaliação de marcas não é, de todo, uma tarefa fácil, há coisas que são objetivas, mas há muitas coisas que nem por isso. Aquilo que me chamou a atenção foi, no fundo, a atribuição de um valor global para estas três marcas baseado em nove limitações. Chegou-se a um valor e aquilo que sobressai é que este valor foi construído com base em nove limitações. É evidente que eu não tenho tempo para ler o documento todo. Faço aqui algumas questões que creio que são pertinentes para nós podermos aferir de que forma é que chegamos a este valor. A primeira coisa que eu gostaria de perguntar é quem é que encomendou este estudo. Existindo vários métodos e várias formas de se calcular o valor de uma marca, se foi passado algum briefing, por parte de quem encomendou este estudo, no sentido de guiar a metodologia e de se chegar a este resultado. Eu gostaria de realçar destas nove, a título exemplificativo, três limitações. A empresa baseou a elaboração deste documento em demonstrações financeiras e informações da Agim que foram prestadas pela Câmara Municipal de Sever do Vouga, não foi pela Agim. Não tendo procedido à verificação ou confirmação independente da precisão, abrangência e não omissão de factos materialmente relevantes, nem tendo sido realizada qualquer auditoria financeira, fiscal, ambiental ou legal. Passo a ler uma segunda limitação das nove: *“foi assumido como pressuposto validado pela Câmara Municipal de Sever do Vouga que os rendimentos obtidos pela Agim provinham, na sua integralidade, da performance das três marcas objeto de avaliação”*. Portanto, pressupõe-se que todos os rendimentos da Agim estão baseados única e exclusivamente nestas três marcas. Portanto, se estas três marcas não existissem a Agim também não existiria. *“Era objetivo idealizado antes do arranque dos trabalhos”*, diz a empresa, *“que existisse um sistema de contabilidade analítica que permitisse a adequada segregação dos rendimentos e gastos, por marca, de forma a aferir-se, com algum rigor, qual o contributo gerado per si”*. Esta é outra das limitações e que, na minha opinião, muito condiciona, ou condicionou, o resultado obtido. *“Os valores de avaliação das marcas detidas pela Agim constantes neste documento são exclusivamente técnicos podendo constituir um importante referencial pois privilegiam valores de rendimento”*. É isto que, no fundo, esta avaliação privilegia, valores de rendimento. *“Todavia, podem diferir dos valores do mercado dependendo do juízo de valor e ponderação que se fizer da metodologia aplicada e das limitações elencadas”*.

Portanto, se nós tivéssemos aqui, nesta assembleia, a opção de fazer outros considerandos ou outras considerações acerca da forma como esta marca foi avaliada, também podíamos ter chegado a outros valores independentemente quais fossem. Se este estudo foi encomendado pela Câmara Municipal, eu gostaria de saber em que moldes foi encomendado e adjudicado, quanto custou, porque é que esta empresa foi escolhida. Isto é algo que me preocupa, ou seja, se depois de todas estas assembleias a Câmara Municipal, e na minha opinião a Câmara Municipal somos todos nós, deve representar todos os severenses, se ainda tivermos que pagar este estudo, para além de todo o dinheiro que foi gasto, e porquê. As conclusões finais da empresa, eu lia apenas o primeiro parágrafo – *“A Mazars baseou a elaboração deste documento em informações prestadas pela Câmara Municipal de Sever do Vouga, não tendo procedido à verificação ou confirmação independente da precisão, abrangência e não omissão de factos materialmente relevantes”*. O que, na minha opinião, é condenável do ponto de vista de um relatório que devia ter sido técnico e do ponto de vista de idoneidade e das questões éticas associadas à prática que esta empresa utilizou para construir este documento e para avaliar a marca.-----

António Dias – Obrigado, senhor presidente. Já disse aqui em reuniões anteriores e volto a dizê-lo hoje. Fui um dos eleitos que votou a favor da criação da Agim em 2006 e, mais uma vez, o digo aqui que não quero, desculpem o termo, fazer o seu enterro sem uma explicação cabal. Em 2006, votámos a favor de uma associação que era para promover e dinamizar o centro urbano, a promoção e a dinamização do mirtilo, algum comércio e alguns projetos do nosso concelho. Criámos um filho que, até hoje, ainda não atingiu a maioridade. Não podemos deixar o filho órfão, sem pai nem mãe, com uma pesada herança, ou seja, todos nós nos lembramos dos milhares de euros de projetos que ultrapassaram largamente as fronteiras do concelho. Pelas contas do senhor presidente da Câmara, estou a falar de 30 de junho de 2020, há financiamentos obtidos de € 109 500,00. Dívidas a fornecedores € 44 627,00. E outras variações de capital próprio, valor negativo de € 173 141,85. Antes de mais, senhor presidente, e quem faz a contabilidade da Agim devia ter o cuidado de não apresentar balanços sintéticos, mas sim balanços analíticos. Nós estamos aqui para analisar isto e um balanço sintético é um balanço global. As contas analíticas são aquelas que representam os elementos patrimoniais no grau de maior detalhe possível. É, normalmente, isto que os bancos pedem e nós estamos aqui também para julgar por aí. Senhor presidente da Câmara, eu peço que solicite uma auditoria externa sobre os financiamentos obtidos destes € 109 500,00. E, já agora, que nos diga, destas dívidas a fornecedores, quais é que já estão ultrapassadas em termos de prazos. Alguém da bancada do PS, há uns tempos atrás, disse que havia aqui umas marteladas nas variações de capital próprio. Queria saber quais eram essas marteladas, que são € 173 141,85. Isto é um valor bastante elevado. Senhor presidente, eu gostava de saber, aqui, da sua voz, quem é que vai pagar o empréstimo. Quem é que vai pagar os fornecedores? Mais uma vez, a que é que se deve estas variações negativas do capital próprio? Estamos a falar de mais de trezentos mil euros, isto não é a brincar. E, digam-me, se vocês têm trezentos mil euros na conta, também podem ajudar a pagar. A avaliação do perito avaliador da Mazars, às três marcas detidas, ascende a € 138 000,00. Se em 30 de junho o valor dos financiamentos era de € 109 500,00, as dívidas € 44 627,00, isto perfaz € 154 127,00. Como é que a Agim vai liquidar estes valores com € 138 000,00. Apresenta, unicamente, caixa e depósitos à ordem € 11 049,00. Se somarmos isto tudo, isto não dá. Nós estamos aqui a votar um documento que eu pergunto, quem é que vai pagar a indemnização à pessoa que lá trabalha? Eu vi aqui gastos com pessoal. Se a pessoa tiver que ser despedida têm que lhe pagar a indemnização. Onde é que há dinheiro? Ouvi em *“off”*, não sei se é verdade ou não, que havia avais pessoais, etc., mas onde é que os eleitos da Câmara Municipal têm que dar aval pessoal para uma associação destas? Isto tem que vir à assembleia e tem que ir à reunião de Câmara. Como disse na última sessão, sou perito avaliador, portanto, eu estava à vontade para fazer isto e, aqui para a assembleia, eu vou-vos dizer e isto é mais um erro aqui que o meu colega, Pedro Mendes, não falou. Normalmente, as avaliações

têm em conta três métodos de avaliação, o método custo, o método de rendimento e o método comparativo. O método custo é difícil porque não podemos contabilizar os custos. O método de rendimento foi aquele que foi aqui aplicado. Porque é que não aplicaram, também, o outro método? O comparativo? Comparar esta feira com outras feiras, ver qual é o valor do mercado. Aliás, como perito avaliador eu ponho em causa que aqui não seja obrigatória a avaliação por dois métodos. Possivelmente, se pedirem parecer à CMVM vão dizer que tem que ser por dois métodos.-----

Presidente da Câmara Municipal – Só para explicar que não estamos a votar aqui nada disso. Apresentada aqui, hoje, é a saída da Câmara Municipal e do presidente da Câmara.-

António Monteiro – Muito obrigado, senhor presidente. Para ficar registada a declaração de voto do CDS de que esta proposta viola a lei porque o senhor presidente da Câmara participou na sua votação e na sua discussão quando estava impedido de o fazer porque tem um interesse pessoal direto, uma vez que é, simultaneamente, presidente da Agim e presidente da Câmara Municipal. Por outro lado, não podemos, também, deixar de registar a omissão de resposta a todas as perguntas que foram colocadas e que levantam as maiores dúvidas quanto àquilo que é a transparência desta decisão, uma vez que os responsáveis por levar a Agim à falência encontraram, através deste expediente, a forma de se porem ao fresco, de não assumirem as suas responsabilidades e de ocultarem da Assembleia Municipal aquilo que são as informações pertinentes e que tinham obrigação de fornecer e que é um dever legal e que forma, aliás, questionados aqui por mim e pelos meus colegas de bancada.-----

Colocado este ponto à votação, o órgão deliberativo aprovou, por maioria, a proposta de saída do Município e do seu Presidente da associação Agim, com o seguinte resultado:-----

Doze votos a favor – Alexandre Machado, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, David Alves, Iolanda Matos, Jorge Graça, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mário Silva, Renata Marques e Sónia Correia.-----

Onze abstenções – António Cruz, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, Diana Paiva, Elmano Silva, José Sousa, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

Cinco votos contra – Ana Tavares, António Dias, António Monteiro, Edite Bastos e Pedro Mendes.-----

1.6 Regulamento Municipal de Instrução dos Procedimentos Administrativos: - O órgão deliberativo aprovou, por maioria, a versão final do Regulamento Municipal de Instrução dos Procedimentos Administrativos para publicação no sítio institucional do município e na 2ª Série do Diário da República.-----

Quinze votos a favor – Alexandre Machado, António Cruz, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Custódio Lima, David Alves, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mário Silva, Renata Marques e Sónia Correia.-----

Treze abstenções – Ana Tavares, António Dias, António Monteiro, Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Edite Bastos, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

1.7 Transferência de Competências para o Município 2021 – Saúde: - Foi presente a proposta da Câmara Municipal, na sequência da deliberação tomada por aquele órgão na sua reunião ordinária realizada no passado dia 25 de novembro de 2020, sobre o processo de descentralização.-----

Seguidamente, foi dada a palavra aos membros que pretendessem intervir neste ponto da ordem de trabalhos, pelo que se registaram as seguintes intervenções.-----

Patrícia Santos – Senhor presidente da mesa da Assembleia Municipal e restantes membros, senhor presidente da Câmara Municipal, senhora e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhores presidentes de junta, comunicação social, entidades e público presente. Boa tarde a todos. Quando em anteriores assembleias questioneei os senhores acerca deste item, as respostas eram sempre vagas ou simplesmente nem havia uma resposta concreta. Apesar de compreender o porquê desta recusa de

transferência de competências nesta área, não deixo de me questionar: qual foi a contraproposta? Houve sequer uma contraproposta? Mais uma vez, reafirmo a importância de conhecer as reais limitações do nosso concelho na área da saúde, sobretudo nesta fase em que as fragilidades vieram todas ao de cima. A falta de estratégia e de planeamento foi e é notória. Alertei várias vezes os Senhores, que temos de prevenir ao invés de remediar e os ouvidos foram sempre moucos. O Plano Municipal de Saúde serve para isto. Serve para prevenir e evitar possíveis cenários de desorganização. E sabendo de antemão a sua resposta e provocação à minha pessoa, como bem sendo habitual, sobre este plano, atrevo-me a provocar também o senhor presidente: para quando está agendada a primeira reunião deste plano? É antes do fim do ano? Será ainda antes do fim da pandemia? Todos os partidos com assento na Assembleia Municipal irão ter voz ativa na elaboração do mesmo? Planear é imprescindível para reconhecer as limitações e consequentemente agir. Essa estratégia está a ser seguida? Já sabem quantos idosos vivem sozinhos no nosso concelho? Quantos precisam de assistência e ou apoio? Já foi feito algum protocolo com as IPSS, de forma assegurar um gabinete médico de apoio e consulta à população que tem sido descurada do SNS, dado o reforço do combate ao Covid? E o gabinete de apoio, que faça o levantamento das necessidades mais prementes à proteção e amparo do idoso e do cidadão com deficiência, está previsto? Sabem se os postos de saúde asseguram recursos humanos e materiais suficientes, para suprir as reais necessidades da população? Estas perguntas que vos faço, são propostas que vos foram entregues em mão, portanto é da vossa inteira responsabilidade aproveitá-las ou não. Que a desculpa para a falta de planeamento não seja por falta de ideias. Espero que este não assumir a transferência de competências na área da saúde, seja pelos motivos certos e não apenas um descartar responsabilidades como já vem sendo hábito.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor presidente da mesa, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores deputados, senhores presidentes de junta. Eu confesso que não estava a pensar intervir neste ponto, até porque já tínhamos ocasião de ter tido intervenções anteriores, mas não consegui resistir por uma razão, porque o ditado é muito apropriado a esta situação - o que nasce torto tarde ou nunca se endireita. E o problema está no processo de descentralização que foi acertado na Assembleia da República mal e que não previu aquilo que eram as verbas necessárias para estas transferências de competências, portanto, o problema, com toda a franqueza, é que não é admissível, ainda por mais numa situação de pandemia como aquela que nós atravessamos, que a Administração Central aligeire responsabilidades para cima das autarquias locais sem lhes atribuir os meios correspondentes. Foi um mau acordo que foi celebrado entre o PS e o PSD na legislatura anterior porque não se garantiram aquilo que eram as verbas necessárias para a descentralização. Aquilo que é desejável para a descentralização e que seria com gosto, que nos poderíamos hoje votar, aqui, para o município assumir mais responsabilidades naquilo que é a área da saúde e que tivemos ocasião, já, de repetir aqui, o CDS trouxe aqui os problemas do centro de saúde, pela falta de médicos e isso que seria a defesa dos interesses das populações só é possível se houver alocação de meios necessários. Essa locação nunca foi definida e aceitou-se um princípio, legislou-se um princípio, sem dar um tostão, sem fazer a identificação das necessidades, sem quantificar quanto custa assumir, para cada uma das autarquias no país, estas responsabilidades seríssimas. Tem a ver com a vida das pessoas, portanto, transferir para as autarquias responsabilidades em matéria de saúde sem meios, eu percebo que agora as autarquias que vão, reiteradamente, rejeitando essa transferência. E nós compreendemos, porque é um risco enorme, para as populações, aceitar a responsabilidade sem poder ter os meios. O problema está na origem da questão. Merece um debate, merece toda a nossa preocupação quanto àquilo que era importante fazer-se para defender a saúde dos severenses. Mas, o que nasce torto tarde ou nunca se endireita.-----

Presidente da Câmara Municipal – É exatamente esse o motivo principal porque nós não queremos aceitar. Relativamente à intervenção de Patrícia Santos, quero dizer-lhe que

aquilo que nós colocámos em causa foi exatamente a afetação dos recursos materiais e humanos que, decididamente, não estava objetivada na proposta de transferência. Não aceitamos enquanto não esclarecerem uma série de questões que colocámos e que tem a ver, essencialmente, com isso. Sobre o plano de saúde, como eu já tinha dito à Patrícia na reunião do Conselho Municipal de Juventude, quando ele começar a ser elaborado muita gente vai trabalhar nele e vai ser debatido esse assunto com a população. E, ainda, com a Patrícia, que foi quem, ao longo dos tempos, tem aqui levantado esta questão, portanto, naturalmente todos nós iremos contribuir para a execução desse plano.-----

Após o período concedido para as intervenções, passou-se à votação deste ponto, tendo a Assembleia Municipal aprovado, por maioria, aceitar a proposta da Câmara Municipal, relativamente às novas competências previstas no Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, pelo que ficou decidido em **não aceitar** a transferência de competências na área da saúde, no presente ano de 2021.-----

Vinte votos a favor – Alexandre Machado, Ana Tavares, António Cruz, António Dias, António Monteiro, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Custódio Lima, David Alves, Edite Rodrigues, Iolanda Matos, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Pedro Mendes, Renata Marques e Sónia Correia.-----

Oito abstenções – Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

1.8 Transferência de Competências para o Município 2021 – Educação: - De acordo com a proposta presente e apresentada pela Câmara Municipal, na sequência da deliberação tomada pelo órgão executivo na sua reunião ordinária de 25 de novembro de 2020, sobre o processo de descentralização, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aceitar a proposta da Câmara Municipal, relativamente às novas competências previstas no Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, pelo que ficou decidido em **não aceitar** a transferência de competências na área da educação, no presente ano de 2021.-----

Vinte votos a favor – Alexandre Machado, Ana Tavares, António Cruz, António Dias, António Monteiro, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Custódio Lima, David Alves, Edite Rodrigues, Iolanda Matos, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Pedro Mendes, Renata Marques e Sónia Correia.-----

Oito abstenções – Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

1.9 Transferência de Competências para a CIRA – Saúde: - Na sequência da deliberação tomada pelo Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA), na sua sessão ordinária realizada no passado dia 21 de setembro de 2020, sobre o processo de descentralização, e consequente aprovação por parte da Câmara Municipal, em reunião de 25 de novembro de 2020, foi presente uma proposta do presidente da Câmara Municipal para a não aceitação das novas competências na área da Saúde, previstas no Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro e no Decreto-Lei n.º 56/2020, de 12 de agosto.--- Colocado este ponto à votação, o órgão deliberativo aprovou, por maioria, aceitar a proposta da CIRA relativamente à não aceitação das novas competências na área da Saúde, previstas no Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro e no Decreto-Lei n.º 56/2020, de 12 de agosto.-----

Vinte votos a favor – Alexandre Machado, Ana Tavares, António Cruz, António Dias, António Monteiro, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Custódio Lima, David Alves, Edite Rodrigues, Iolanda Matos, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Pedro Mendes, Renata Marques e Sónia Correia.-----

Oito abstenções – Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

1.10 RSU – Abertura de Procedimento – Compromissos Plurianuais: - Na sequência da deliberação tomada em reunião de Câmara de 14 de outubro de 2020, que aprovou a abertura do procedimento “Aquisição de Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos a destino final pelas entidades que integram o Agrupamento de Entidades

Adjudicantes composto pelos municípios de Estarreja, Águeda, Murtosa e Sever do Vouga”, o presidente da Assembleia Municipal propôs deliberar no sentido de autorizar a assunção dos respetivos compromissos plurianuais.-----

Foi aberto, pelo presidente da Assembleia Municipal, um período de intervenção.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor presidente da mesa. Senhor presidente da Câmara, eu acho que esta proposta mereceria uma explicação cabal, nomeadamente no que diz respeito aos valores que vão ser colocados a concurso e que o senhor presidente omitiu na Assembleia Municipal. Como é que é possível, e essa é a pergunta que nós temos que fazer, passar de um valor base que foi de € 31,00, salvo erro, para € 45,00? Porque alguém vai pagar. Quem é que vai pagar este valor? É quem utiliza os serviços, como é evidente. Isto vai ser repercutido nos severenses. Porque razão é que há este disparo no valor? Tanto mais como foi chamada a atenção, e bem, por um vereador, um valor de referência, que não chega aos € 33,00 a nível nacional. O vereador Paulo Martins chamou a atenção para esse valor de referência. Como é que, havendo até ainda por mais a entidade dos resíduos, se ultrapasse esse valor de referência sem sequer ser dada uma justificação. O que é que está a acontecer, senhor presidente? Percebemos que ficou deserto, certo. Ou seja, € 31,00 que era abaixo do valor de referência convenhamos que, para um município como Sever do Vouga, ou se calhar para um conjunto de municípios que estão neste projeto, foi ambição a mais conseguir ter um preço tão bom, mas daí a passar para € 45,00 é um pulo grande, tanto mais que houve propostas de valor inferior. E se houve valor inferior porque razão se está a subir para € 45,00? Que explicação existe para isso? Significa um aumento muito substancial naquilo que são os custos que os severenses vão ter que pagar. A explicação técnica para a razão pela qual se aceita aumentar este valor. O senhor presidente até me pode dizer que não tem culpa porque só comparticipa na sua parte e que tem essa dificuldade, mas não chega. Tem que haver uma explicação técnica que este conjunto de municípios tem que fornecer às suas assembleias municipais. Sei, aliás, que esta é uma matéria que tem sido objeto de questões colocadas noutras assembleias municipais porque, realmente, é incompreensível um salto no valor deste montante que, evidentemente, vai ter um impacto sério nos bolsos dos severenses.-----

Elmano Silva – Senhor presidente da mesa da Assembleia Municipal, restantes elementos, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores presidentes de junta, comunicação social. Perante os dados que nos foram enviados relativamente a este assunto em discussão, gostaria de interpelar o senhor presidente da Câmara perguntando se os valores por tonelada estão em linha com os praticados no mercado e se está salvaguardada a quantificação, isto é, o número de vezes que são efetuadas as limpezas, a manutenção e a desinfeção das mesmas e se está a ser assegurado o bom estado de funcionamento e conservação dos equipamentos. Outra questão a colocar é se estão regulamentados os horários de passagem pelos pontos de recolha, pois continuamos a assistir à recolha de ecopontos em horários de ponta prejudicando o trânsito no centro da vila. Este deverá ser ajustado para horários que provoquem menor impacto na circulação de pessoas e veículos. No nosso entender, são estas as principais preocupações que devem ser salvaguardadas neste documento.-----

Presidente da Câmara Municipal – Relativamente aos valores da base, isso trata-se, efetivamente, da base do próximo concurso e foi com base naquilo que não foi adjudicado, pelo facto do preço ser baixo, portanto, este preço é ajustado tecnicamente pelos técnicos. Quem trabalhou isto foram os técnicos das várias câmaras com base nos preços que correm no mercado e é óbvio que, quando isto for a concurso, não vai ser os quarenta e tal vai baixar alguma coisa, esperamos nós, como é óbvio, mas o concurso é que o dirá, portanto, aqui foi para salvaguardar, dar alguma folga aqui à base para que, realmente, o concurso não fique deserto outra vez como ficou no anterior. Em relação à recolha, temos de fazer alguns ajustamentos aos horários de recolha e quando o serviço for adjudicado serão discutidos com a empresa que virá fazer o trabalho.-----

Colocado este ponto à votação, o órgão deliberativo aprovou, por maioria, autorizar a assunção dos respetivos compromissos plurianuais para a “Aquisição de Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos a destino final pelas entidades que integram o Agrupamento de Entidades Adjudicantes composto pelos municípios de Estarreja, Águeda, Murtosa e Sever do Vouga”.

Catorze votos a favor – Alexandre Machado, António Cruz, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, David Alves, Iolanda Matos, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Renata Marques e Sónia Correia.

Cinco votos contra – Ana Tavares, António Monteiro, António Dias, Pedro Mendes e Sérgio Silva.

Oito abstenções – Cipriano Nogueira, Custódio Lima, Diana Paiva, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, e Tony Martins.

-----Período destinado ao público-----

Marta Lúcia da Silva Sousa Baptista, de Talhadas. Boa noite a todos. Cumprimento o presidente da Assembleia, o presidente da Câmara Municipal de Sever do Vouga, membros do executivo, Assembleia Municipal e todas pessoas que estão aqui presentes. Vim só para solicitar a vossa atenção para com o ecoponto que existe no centro de Talhadas que tem estado completamente desmazelado e solicitava, dentro dos possíveis, que fosse colocado num sítio digno porque a população de Talhadas merece que a apresentação, quando se chegue à nossa freguesia, seja outra. Por outro lado, fomos contemplados com o Vilarinhos Boardwalk no Orçamento Participativo. Este ano, o Orçamento Participativo, por causa do Covid-19, não existiu, e gostaria de deixar a sugestão de poderem atribuir o valor que estava destinado ao Orçamento Participativo às diversas freguesias com projetos que elas pudessem apresentar de valores inferiores.

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir efeitos de imediato, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por mim, Luís Figueiredo Martins, funcionário designado para o efeito, que a redigi.